

V - SECTOR INFRA-ESTRUTURAS DO TERRITÓRIO

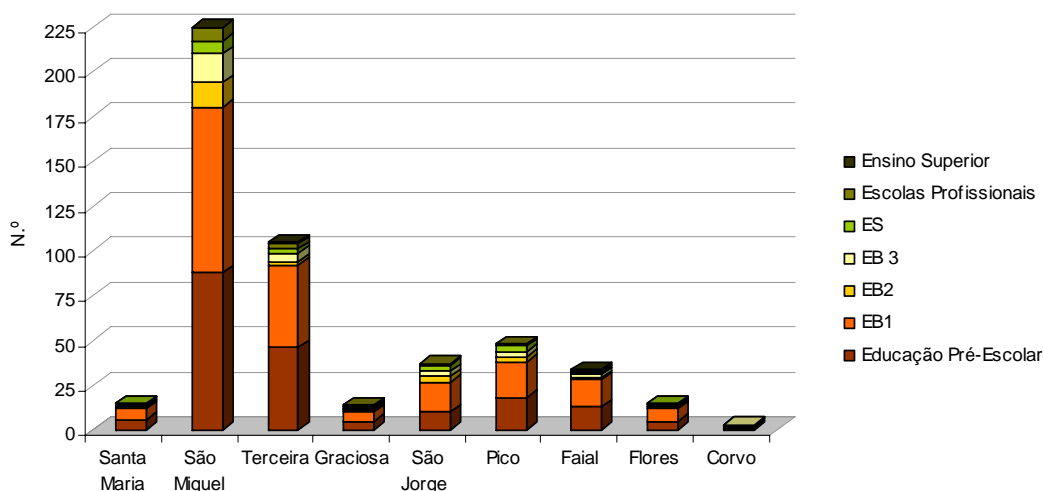
Este capítulo incide nos elementos que determinam a organização do espaço, quanto aos equipamentos e infra-estruturas do território. Quando possível, a informação abrangerá o período de 1991 a 2003, embora seja atribuída maior incidência ao último ano, para demonstrar a dinâmica evolutiva ao longo do tempo.

Os indicadores analisados contemplam as seguintes áreas: Educação, Segurança Social, Saúde, Desporto e Juventude, Cultura, Justiça, Sistema de Segurança Interna, Protecção Civil e Bombeiros, Infra-estruturas de Transportes, Energia, Comunicações, Abastecimento de Água e Saneamento e Resíduos Sólidos Urbanos.

EDUCAÇÃO

Com base nos dados do SREA, analisaram-se os estabelecimentos de ensino na Região por cada uma das tipologias no período que compreende o ano lectivo de 1990/91 a 2002/03, e a sua repartição por ilha referente ao ano de 2002/03.

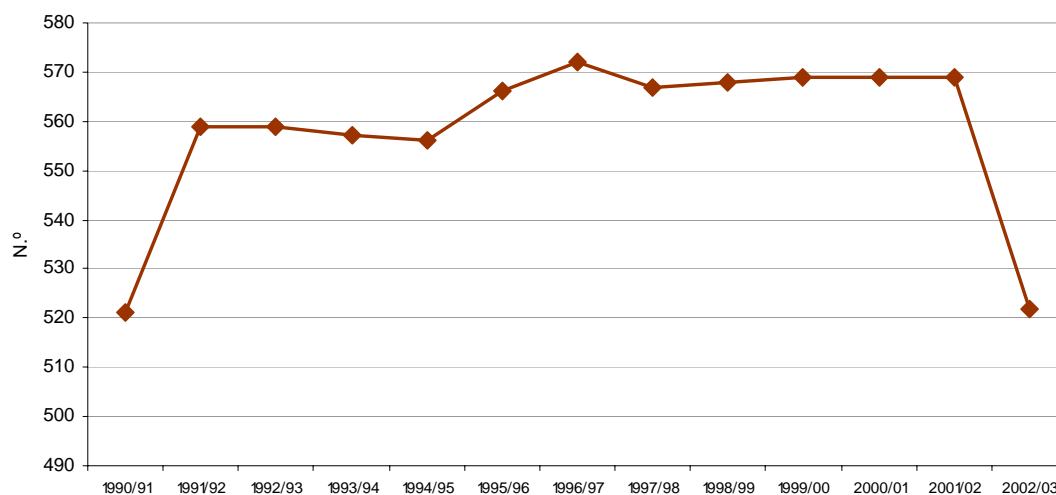
Ao nível de ilha, verifica-se que, em todas com excepção do Corvo, existiam escolas que garantiam os estudos até ao ensino secundário (inclusive). A ilha com maior número de escolas, independentemente da tipologia, é a de São Miguel (Figura 63).



Fonte: SREA, 2005

Figura 63. Número de estabelecimentos de ensino por tipologia na RAA, por ilha (Ano lectivo 2002/03)

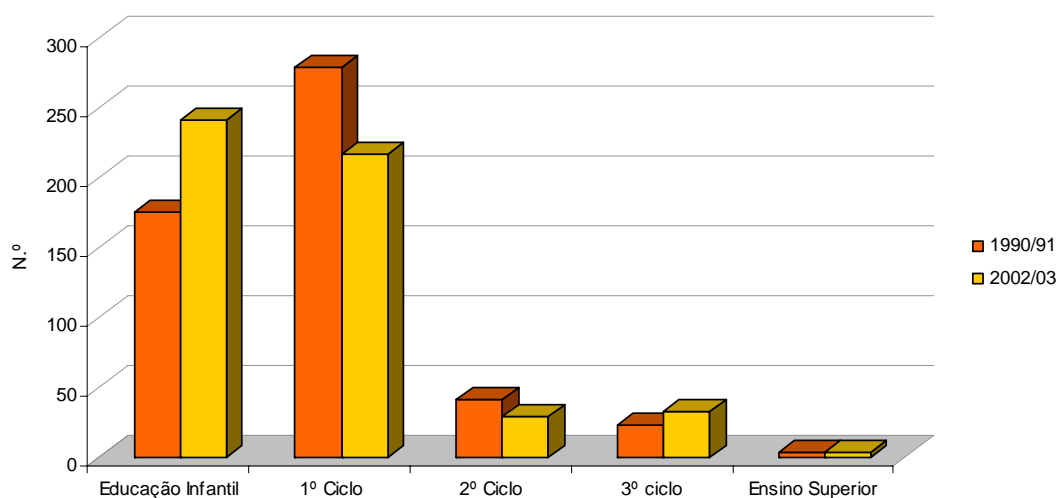
No intervalo de tempo considerado, ocorreu um aumento no número de escolas na Região, à excepção do último ano. Este acréscimo atingiu o valor máximo no ano lectivo 1996/97 (Figura 64). No arquipélago, o número de estabelecimentos de ensino oficial é consideravelmente superior ao particular.



Fonte: SREA, 2002b; SREA, 2003a

Figura 64. Número de estabelecimentos de ensino na RAA (1990-2003)

A Figura 65 demonstra a predominância de escolas básicas do 1º ciclo e de escolas de educação infantil, em relação às restantes tipologias. No período em apreço, observa-se um aumento no número de escolas de educação infantil e do 3º ciclo e uma diminuição das escolas do 1º e 2º ciclos.

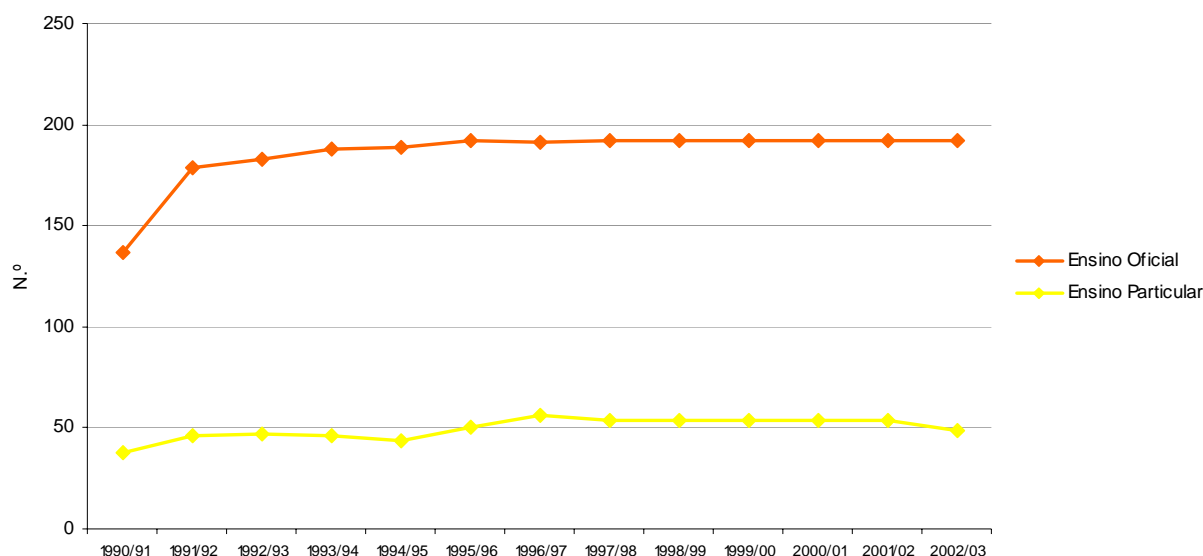


Fonte: SREA, 2003a

Figura 65. Número de escolas por tipologia na RAA (1990/91 e 2002/03)

• Educação infantil

Do ano lectivo de 1990/91 até 2002/03 ocorreu um aumento no número de escolas de educação infantil, quer públicas quer privadas, embora superior nas primeiras. Esta evolução positiva verificou-se até ao ano lectivo de 1997/98, a partir do qual estabilizou (Figura 66).

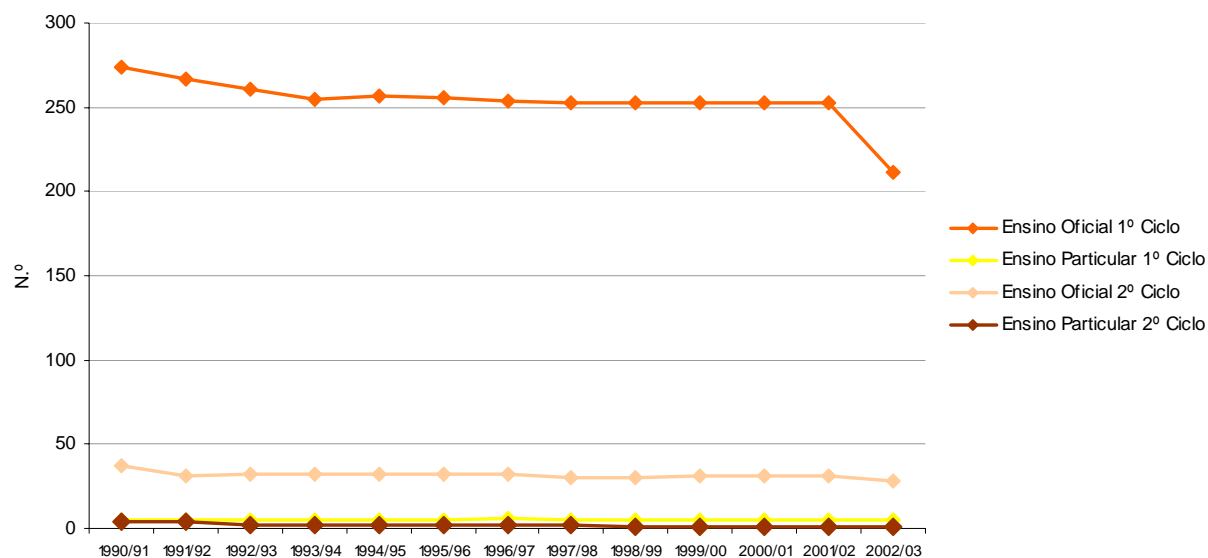


Fonte: SREA, 2001d; SREA, 2003a

Figura 66. Evolução do número de estabelecimentos de educação infantil na RAA (1990-2003)

• Ensino básico

Os 1.º e 2.º ciclos do ensino básico apresentam uma diminuição bastante acentuada no número de escolas, no último ano em análise (Figura 67). O elevado decréscimo que se observa ocorre ao nível do ensino oficial. O 1.º ciclo possui, em 2002/2003, menos 42 estabelecimentos que no ano anterior. Por sua vez, os do 2.º ciclo registaram um decréscimo de três estabelecimentos, quando confrontado com o ano anterior (2001/2002), e de nove se comparado ao primeiro ano em análise (1990/1991).

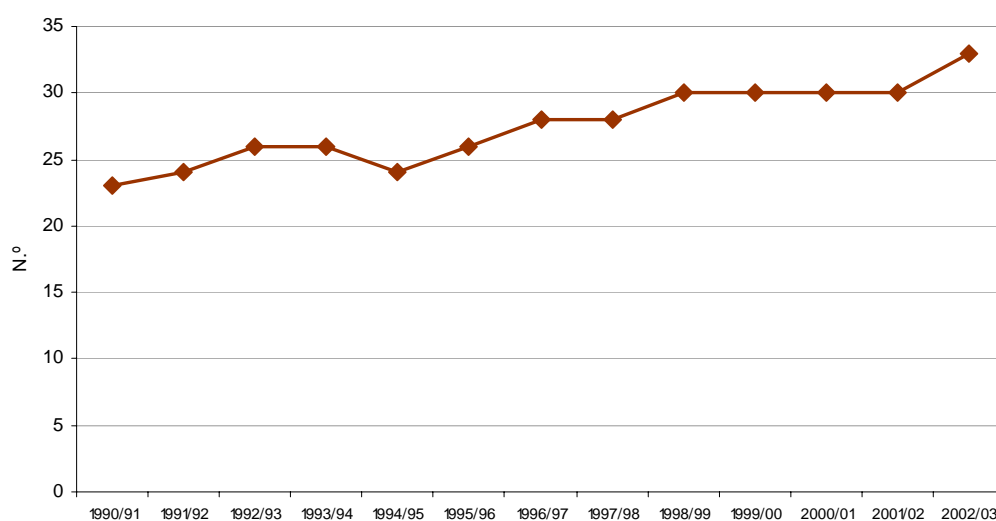


Fonte: SREA, 2001d; SREA, 2003a

Figura 67. Evolução do número de estabelecimentos do 1º ciclo e 2º ciclo na RAA (1990-2003)

• Ensino secundário

No que concerne o 3º ciclo do ensino básico, ou ensino secundário, verifica-se que existe apenas na forma de ensino oficial, apresentando uma contínua evolução positiva desde 1994/1995. Existem actualmente 33 estabelecimentos, mais 10 que o observado no início do período em análise (1990/1991).



Fonte: SREA, 2001d; SREA, 2003a

Figura 68. Evolução do número de estabelecimentos do 3º ciclo na RAA (1990-2003)

- **Ensino superior**

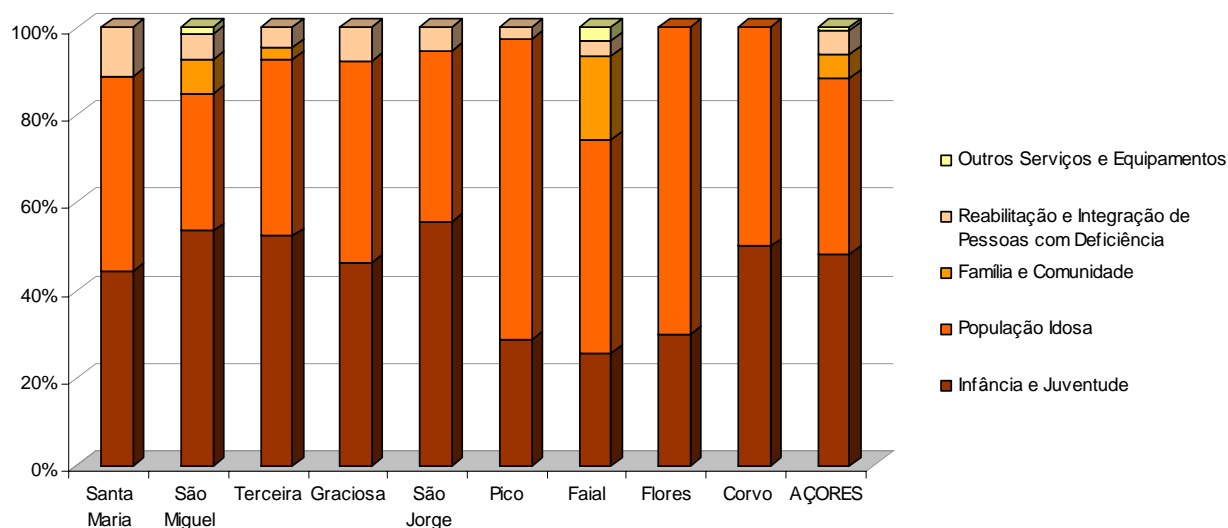
A Universidade dos Açores é o único estabelecimento que assegura as necessidades de formação ao nível do ensino superior. A sua orgânica é marcada pela tripolaridade: *Campus* de Ponta Delgada (São Miguel), Terra Chã (Terceira) e Horta (Faial), embora neste último seja predominante a componente de investigação.

Na Região existem duas escolas superiores de enfermagem, a de Angra do Heroísmo e a de Ponta Delgada.

SEGURANÇA SOCIAL

Através da contabilização e discriminação dos equipamentos sociais, inferiram-se as respostas sociais existentes na Região, segundo diversas áreas de intervenção (Figura 69).

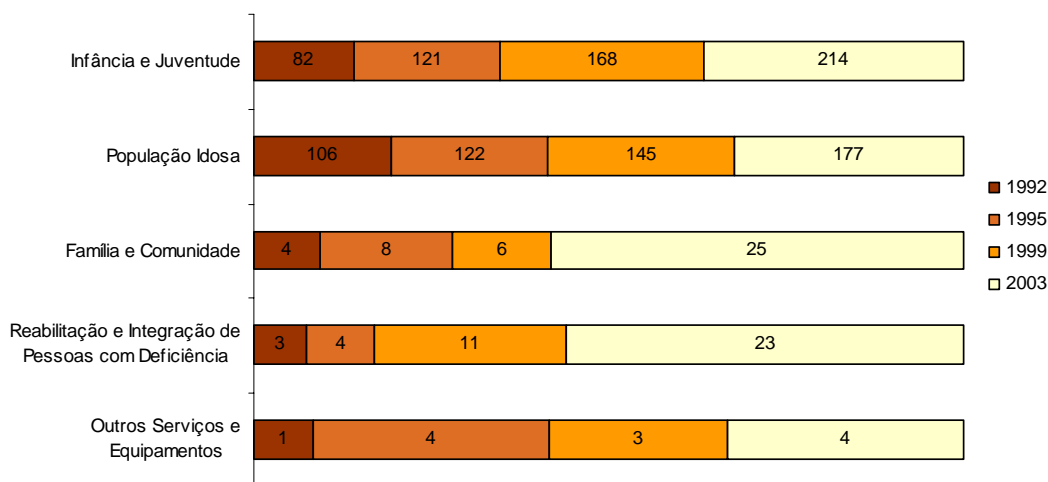
Analisando a percentagem de estabelecimentos em 2003, é possível observar que em todas as ilhas existe resposta social ao nível da Infância e Juventude e da População Idosa, com maior incidência nas ilhas de São Miguel e Terceira. Ao nível da Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência, existe para todas as ilhas capacidade de resposta social à excepção das ilhas das Flores e Corvo. As áreas de intervenção com menor resposta social são ao nível da Família e Comunidade e Outros Serviços e Equipamentos em que só existe resposta social em algumas ilhas: São Miguel, Terceira e Faial no primeiro caso e apenas São Miguel e Faial no segundo.



Fonte: IAS, 2003

Figura 69. Distribuição das respostas sociais, segundo áreas de intervenção na RAA, por ilha (2003)

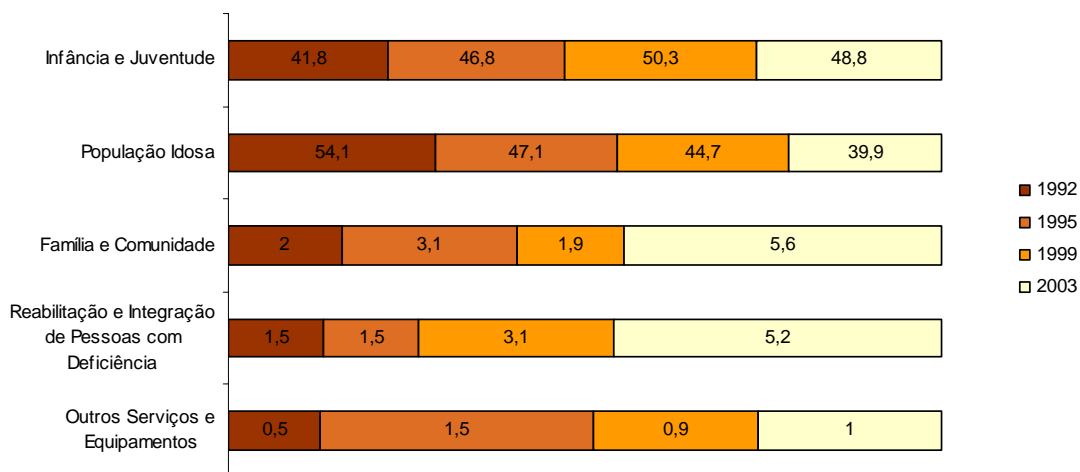
Em termos evolutivos entre 1992 e 2003, verifica-se na Região um sucessivo reforço de respostas sociais em todas as áreas, traduzida no crescimento de 196 para 443 valências, mas com maior destaque na área da Infância e Juventude. Esta constitui a área na qual reside a maior concentração de respostas sociais do total da capacidade de oferta existente na Rede de Serviços e Equipamentos (Figura 70).



Fonte: IAS, 2003

Figura 70. Evolução das respostas sociais, segundo as áreas de intervenção na RAA (1992-2003)

Quanto ao peso relativo atribuído a cada área de intervenção, verifica-se uma alteração no tempo em relação ao esforço de investimento na área da Infância e Juventude e da População Idosa, observando-se, em 2003, uma maior resposta social ao nível da Infância e Juventude e em menor escala das outras áreas em detrimento da resposta social na área da População Idosa (Figura 71).

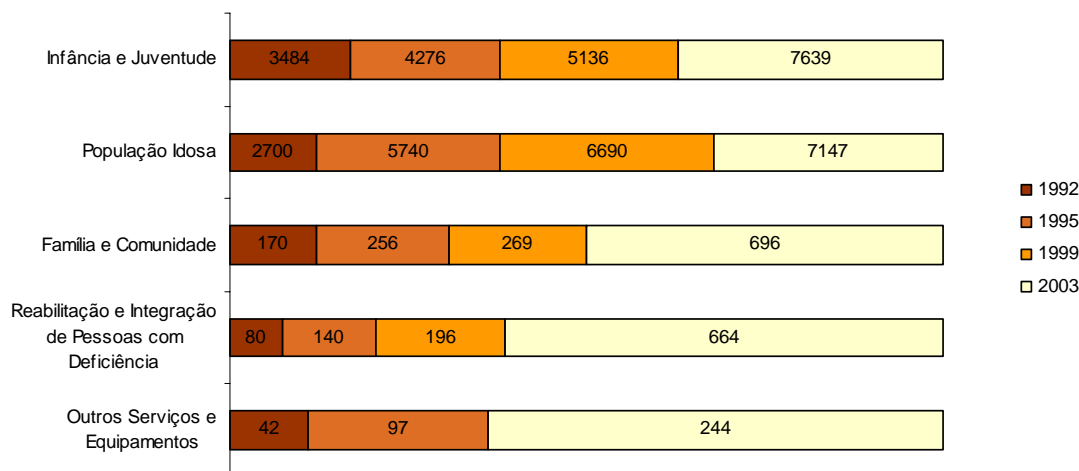


Fonte: IAS, 2003

Figura 71. Evolução do peso relativo das respostas sociais, segundo as áreas de intervenção na RAA (1992-2003)

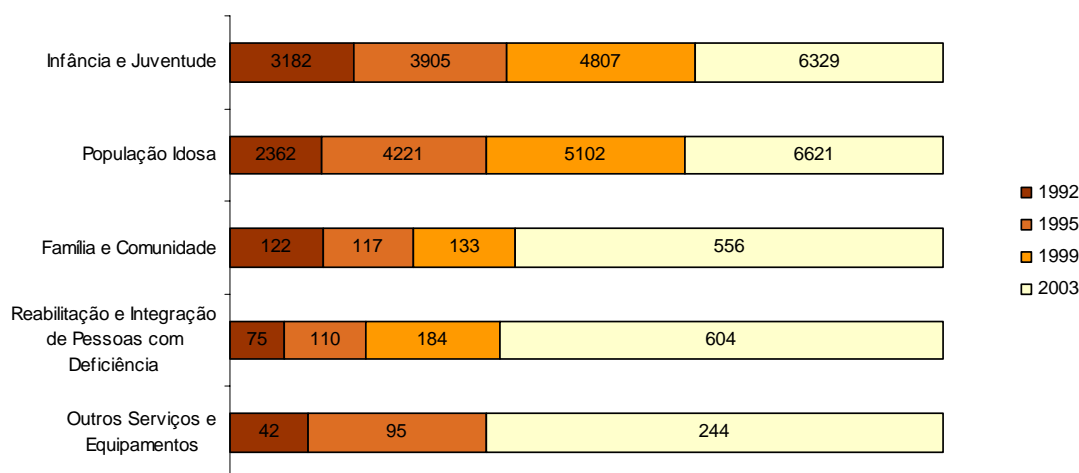
Da análise das diferenças entre capacidades e utentes, verifica-se que os valores globais das capacidades instaladas superam os valores inerentes à sua utilização, com um sucessivo aumento da

diferença existente. Ao nível das várias áreas de intervenção, verifica-se um aumento generalizado da capacidade e de utentes ao longo do período em análise (Figura 72 e 73).



Fonte: IAS, 2003

Figura 72. Capacidade dos equipamentos, segundo as áreas de intervenção na RAA (1992-2003)

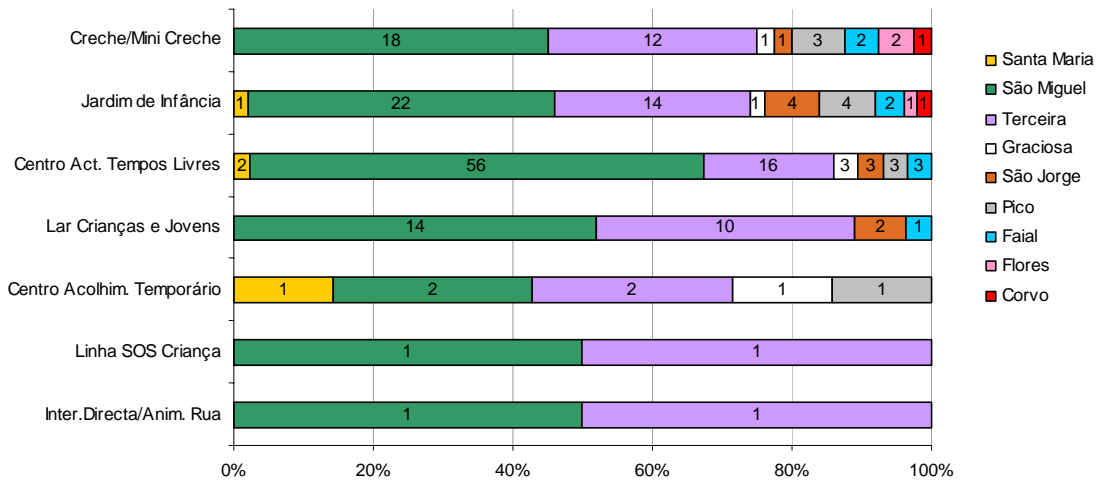


Fonte: IAS, 2003

Figura 73. Número de utentes, segundo as áreas de intervenção na RAA (1992-2003)

Em 2003, a área da Infância e Juventude é a detentora do maior número de equipamentos (48,3%). Os equipamentos associados a esta área são: Creche/Mini Creche; Jardim de Infância; Centro de Actividades e Tempos Livres; Lar Crianças e Jovens; Centro de Acolhimento Temporário; Linha SOS Criança e Equipamentos de Intervenção Directa/Animação de Rua.

Ao nível das respostas sociais, são as dirigidas à primeira e segunda infância que conjuntamente com as actividades de tempos livres, detêm o maior número de valências (42,1% e 40,2% respectivamente) e uma maior distribuição espacial. Verifica-se maior incidência destes equipamentos sociais nas ilhas de São Miguel e Terceira (Figura 74).

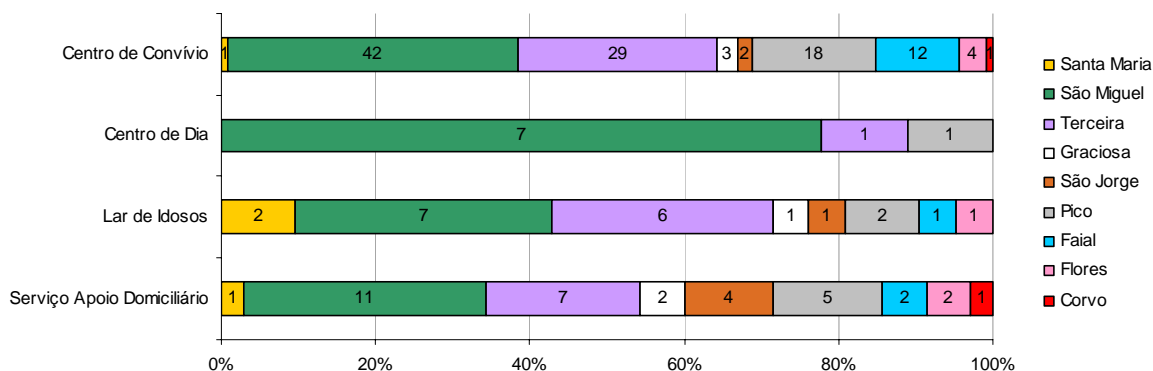


Fonte: IAS, 2003

Figura 74. Respostas sociais na área de infância e juventude, segundo o tipo de equipamento social na RAA, por ilha (2003)

A área da População Idosa também apresenta um número significativo de equipamentos (40,0%). Os equipamentos associados a esta área são: Serviço de Apoio Domiciliário; Lar de Idosos; Centro de Dia e Centro de Convívio.

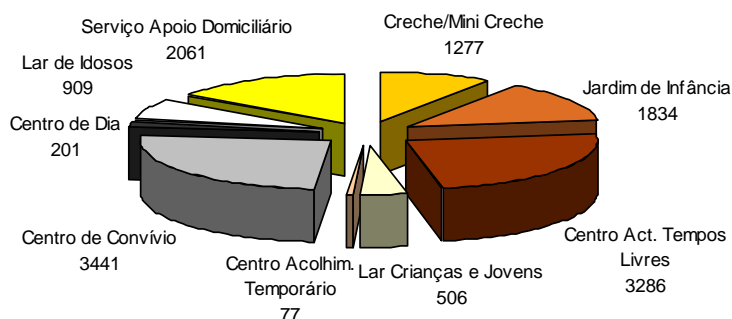
A maior concentração de equipamentos para esta área de intervenção, em 2003, surge nos Centros de Convívio (63,3%), seguindo-se o Serviço de Apoio Domiciliário (19,8%) e Lares para Idosos (11,9%). As maiores aglomerações de equipamentos situam-se nas ilhas de São Miguel e Terceira.



Fonte: IAS, 2003

Figura 75. Respostas sociais na área da população idosa, segundo o tipo de equipamento social na RAA, por ilha (2003)

Os equipamentos que abrangem o maior número de utentes são os Centros de Convívio, os Centros de Actividades de Tempos Livres, o Serviço de Apoio Domiciliário, os Jardins de Infância e as Creches (Figura 76).



Fonte: IAS, 2003

Figura 76. Número de utentes na área de infância e juventude e de população idosa (2003)

As restantes áreas de intervenção são menos representativas do que as anteriormente apresentadas, totalizando respectivamente 5,6%, 5,2% e 0,9 % das respostas sociais para a área da Família e Comunidade, área da Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência e área de Outros Serviços e Equipamentos.

Os equipamentos associados à área da Família e Comunidade são: Linha SOS Mulher; Centro de Promoção e Emprego Social; Ajuda Alimentar a Carenciados; Casa de Abrigo; Refeitório/Cantina Social; Centro Comunitário; Centro de Alojamento Temporário; Atendimento e Acompanhamento Social. Destaque para uma grande concentração dos equipamentos no concelho de Ponta Delgada (ilha de São Miguel) ao nível da Família e Comunidade.

Na área da Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência, existem os seguintes equipamentos: Centro de Atendimento/Acompanhamento e Animação de Pessoas com Deficiência; Lar Residencial; Centro de Actividades Ocupacionais; Lar de Apoio; Transporte de Pessoas com Deficiência; Apoio em Regime Ambulatório. Apresenta uma concentração das suas respostas nos concelhos de Ponta Delgada e Angra do Heroísmo, com excepção de um alargamento da cobertura geográfica ao nível dos centros de actividades ocupacionais que são representativos de 52,2% dos equipamentos nesta área de intervenção.

As Unidades de Apoio Integrado, Unidades de Vida Autónoma e Apartamentos de Reinserção Social são os equipamentos contabilizados na área de Outros Serviços e Equipamentos. Esta área é caracterizada por uma elevada especificidade do tipo de resposta social e dos seus utilizadores, pelo que se verifica um reduzido número de equipamentos sociais, nomeadamente três na ilha de São Miguel e somente um na ilha Terceira.

A melhoria do desempenho na promoção da inclusão social passa pela eficácia acrescida na cobertura da população de serviços e equipamentos sociais. De facto, tem-se verificado uma evolução quer ao nível de resposta em termos de número e capacidade, a que corresponde um acréscimo do número de utentes, como a nível da territorialização das suas respostas sociais.

SAÚDE

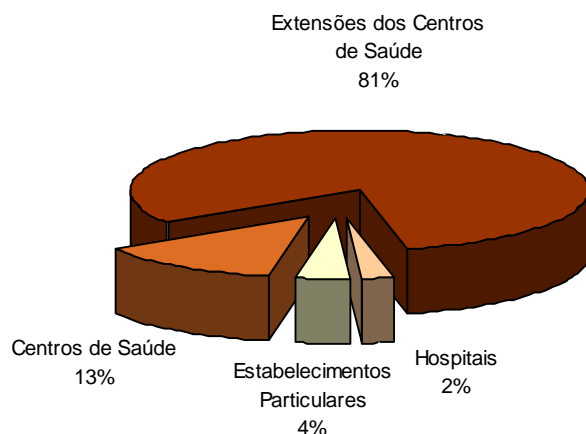
No período de 1991 a 2003, foram considerados os dados relativos às infra-estruturas destinadas a oferecer à população toda a gama de cuidados primários (Centros de saúde e Serviços de atendimento prolongado) e secundários (Hospitais).

• Unidades de saúde

O número de unidades de saúde no arquipélago dos Açores manteve-se constante em todas as ilhas, excepto nas Extensões dos centros de saúde que aumentaram o seu número. Em 2001 existiam 103 Extensões dos centros de saúde e em 2003 são registadas 105. Esta alteração surge pela diminuição de uma unidade deste tipo na ilha de São Miguel e pelo acréscimo de três unidades na ilha do Faial.

A Região tem ao serviço dos utentes diferentes tipos de equipamentos (Figura 77): três Hospitais, cinco Casas de saúde, 17 Centros de saúde (dos quais apenas 12 dispõem de internamento) e 105 Extensões de centros de saúde.

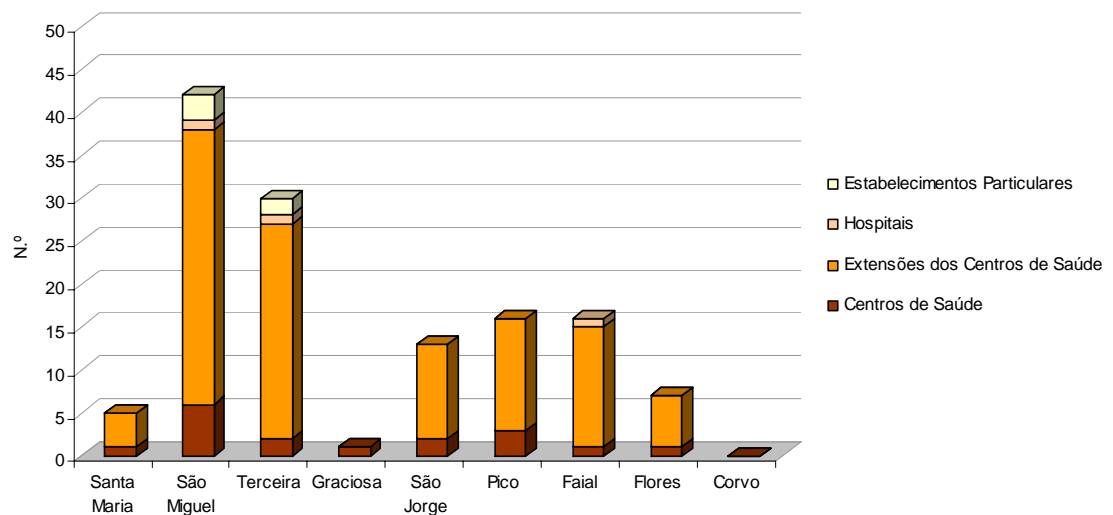
Em 2003, São Miguel e Terceira eram as únicas ilhas com estabelecimentos particulares de internamento.



Fonte: SREA, 2005

Figura 77. Percentagem de unidades de saúde por tipologia na RAA (2003)

A maioria das unidades de saúde está concentrada em São Miguel, num total de 42 estabelecimentos de saúde, dos quais cinco são particulares, seguindo-se a Terceira com 30 estabelecimentos (dois particulares). Em oposição, encontra-se a ilha do Corvo que não apresenta nenhum estabelecimento de saúde (Figura 78).



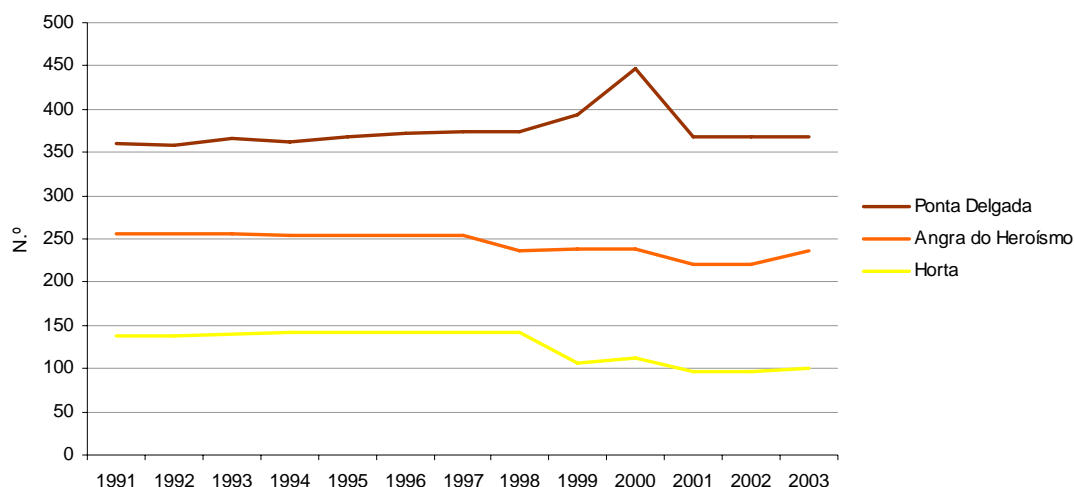
Fonte: SREA, 2005

Figura 78. Número de unidades de saúde por tipologia na RAA, por ilha (2003)

Em 2003, os concelhos melhor servidos com unidades de saúde são, por ordem decrescente, o de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta. Em contrapartida, o concelho das Lajes das Flores e de Vila Nova do Corvo não possuem qualquer unidade

• Número de camas

Os dados disponíveis referem-se ao número de camas de hospital dos concelhos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, no período de 1991 a 2003. A evolução não apresenta alterações significativas até 1997 em Ponta Delgada e Angra do Heroísmo e até 1998 na Horta. A partir dessas datas, em Ponta Delgada há um aumento em resultado da abertura do novo hospital, enquanto que nos restantes concelhos ocorre uma diminuição. O hospital com maior número de camas é o de Ponta Delgada, seguido de Angra do Heroísmo e Horta. O número de habitantes por cama diminuiu de 1991 até 2000, voltando a aumentar em 2002.

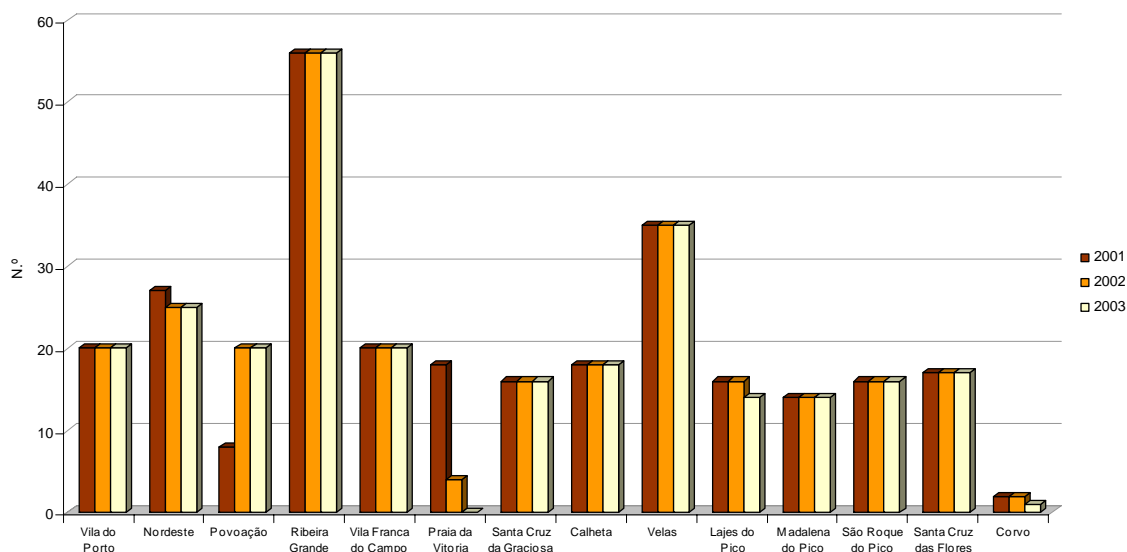


Fonte: SREA, 2001b; DRS, 2005

Figura 79. Número de camas por hospital na RAA (1991-2003)

Relativamente ao número de camas de todas as restantes unidades de saúde existentes nos concelhos da Região, no período 2001-2003 (Figura 80), é possível observar que o único concelho que aumentou o número de camas foi o da Povoação. No entanto, salienta-se a inexistência de dados para os concelhos de Ponta Delgada, Lagoa, Angra do Heroísmo, Horta e Lajes das Flores, o que poderá influenciar a representatividade deste indicador na Região.

Segundo os dados da DRS, diminuíram o número de camas nos concelhos do Nordeste, Praia da Vitória, Lajes do Pico e Vila Nova do Corvo. Os restantes concelhos mantêm os mesmos valores ao longo do período analisado. Destaque ainda para o facto de não se registar o número de camas em 2003 no concelho da Praia da Vitória.



Fonte: DRS, 2005

Figura 80. Evolução do número de camas na RAA, por concelho (2001-2003)

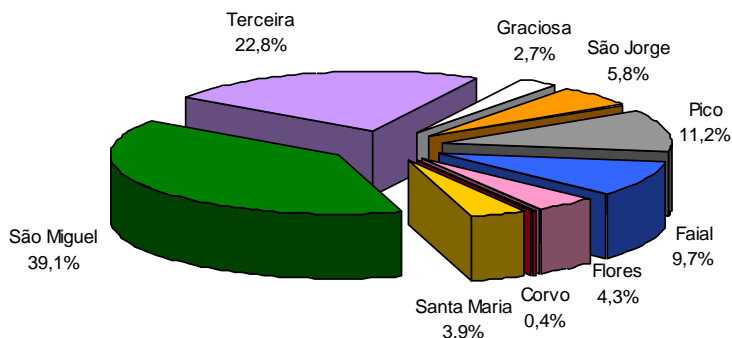
DESPORTO E JUVENTUDE

Para a análise deste sector consideram-se os equipamentos desportivos de base, também designados por formativos ou normalizantes, e as instalações para a juventude, nomeadamente as Delegações Regionais de Juventude e Pousadas da Juventude.

• Instalações desportivas

No período de 1992 a 2001, ocorreu um acréscimo do número de instalações desportivas na Região, tendência que se mantém até à actualidade (2003).

Este aumento teve maior expressão em São Miguel. Assim, em 2003, as ilhas que detêm mais instalações desportivas são, por ordem decrescente, São Miguel, Terceira e Pico. Todas as restantes apresentam valores bastante inferiores, sendo a Graciosa e o Corvo as que revelam menor grau de infra-estruturação (Figura 81).



Fonte: DREFD, 2005

Figura 81. Percentagem de instalações desportivas na RAA, por ilha (2003)

Segundo a DREFD, ao nível concelhio, verifica-se que o maior número de instalações desportivas se encontra em Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, principais concelhos urbanos dos Açores. Na situação oposta, encontram-se os concelhos de Vila Franca do Campo, Calheta, Lajes das Flores e Vila Nova do Corvo.

Das instalações desportivas existentes na Região, destacam-se os polidesportivos, campos de futebol e pavilhões como mais representativos (37,2%, 22,8% e 6,5% respectivamente). Salienta-se

também a existência de diversos campos de ténis e de golfe que, apesar de pouco significativos no número total de equipamentos, são considerados uma mais valia para a prática destas modalidades desportivas, quer de âmbito regional, como nacional e internacional.

- **Equipamentos da juventude**

No que concerne às instalações de apoio à juventude, segundo a DREFD, verifica-se que na RAA, em 2003, existem sete parques de campismo, duas pousadas da juventude e 10 centros de informação da juventude.

Ao nível de ilha, a Terceira, São Miguel, São Jorge e o Pico detêm a supremacia quanto ao número de equipamentos de juventude. As ilhas de São Jorge e Pico são as que apresentam o maior número de parques de campismo.

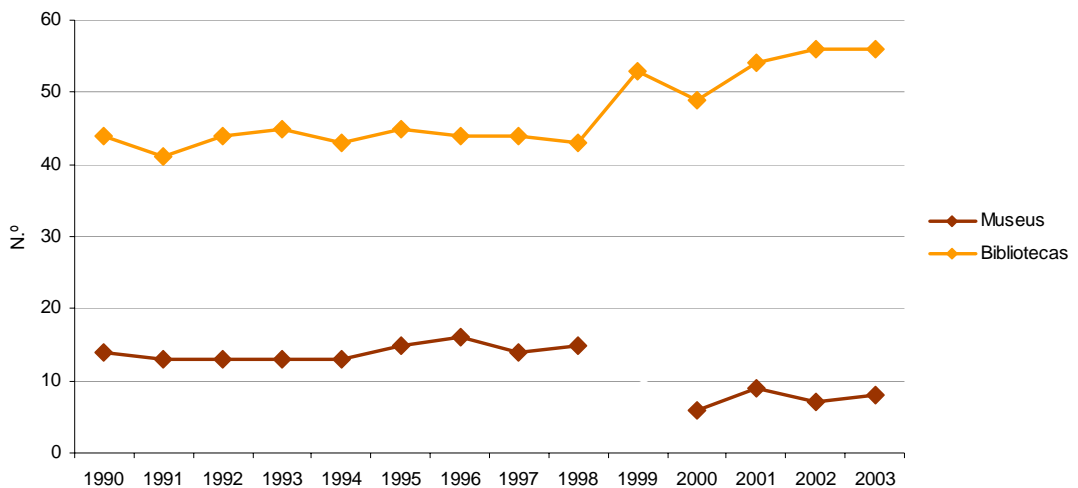
Quanto às pousadas da juventude, apenas São Miguel e Terceira têm oferta a este nível. Os centros de informação da juventude ocorrem na generalidade das ilhas, com excepção do Faial, Flores e Corvo, estando em maior número em São Miguel e no Pico (quatro e dois, respectivamente).

CULTURA

A análise deste sub-sector assenta na caracterização dos equipamentos da rede pública de bibliotecas e museus, salas de espectáculos, cinemas e auditórios, assim como os eventos realizados pelas casas da cultura.

- **Bibliotecas e museus**

O número de bibliotecas aumentou ao longo do período em análise (1990-2003) existindo, em 2003, 56 bibliotecas na Região (Figura 82).

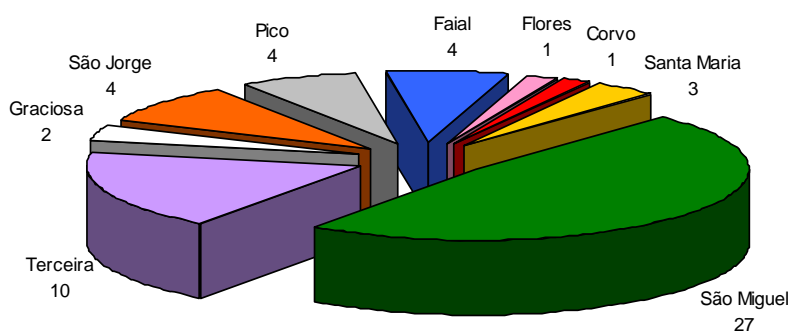


Fonte: SREA, 2001d; SREA, 2003a

Figura 82. Bibliotecas e museus na RAA (1990-2003)

Em 2003, a Região conta com oito museus (Figura 82), metade do observado em 1996. Contudo, existem agora vários museus temáticos de pequena dimensão ligados a actividades tradicionais de cada uma das ilhas (ex. chá, vinho). Estes espaços permitem abranger um maior número de visitantes (população local e turistas).

Dados relativos a 2003, indicam que as ilhas de São Miguel e Terceira são as que possuem maior número de bibliotecas. Em relação a 2001, verifica-se um aumento do número de bibliotecas existentes, de 54 para 56, aliado à presença de bibliotecas nos concelhos de Ponta Delgada (São Miguel), Velas (São Jorge) e Madalena (Pico) e a uma diminuição no concelho de Vila do Porto (Santa Maria). Em termos concelhios, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Ribeira Grande são os municípios melhor representados neste tipo de equipamentos.



Fonte: SREA, 2005

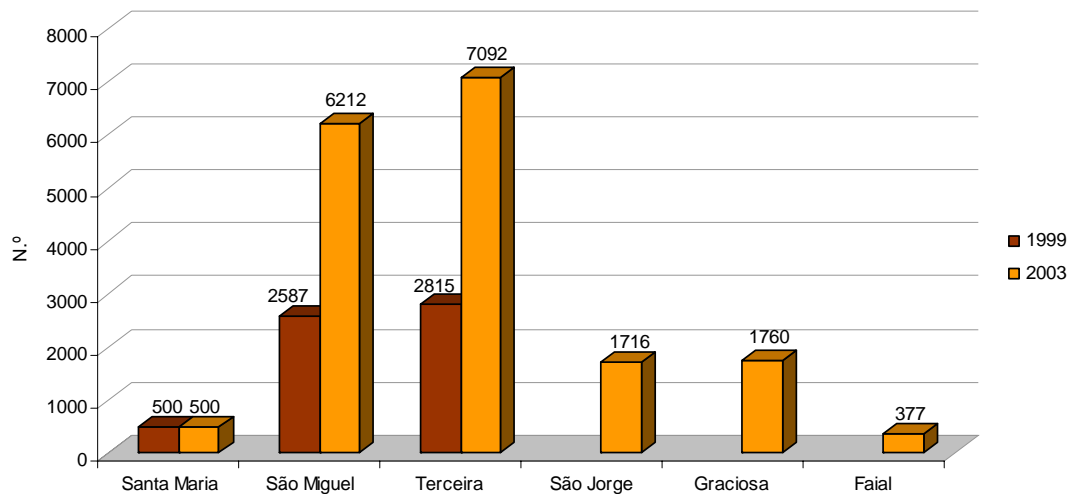
Figura 83. Número de bibliotecas na RAA, por ilha (2003)

• Espectáculos públicos

Os dados obtidos para análise deste indicador reportam-se a 1999 e 2003, sendo que para o ano de 1999 apenas são apresentados os valores de lotação dos recintos de espectáculos nas ilhas de Santa Maria, São Miguel e Terceira.

Quando comparada a lotação dos recintos com o número de espectadores por sessão (em 1999), verifica-se que esta nunca é atingida, não chegando, na maioria dos concelhos, aos 50%. A ilha de São Miguel é a que apresenta o maior número de espectadores por sessão (com destaque para o concelho de Ponta Delgada), seguida da Terceira e de Santa Maria.

Contudo, é possível observar, com base em informações disponibilizadas pela DRC, que a lotação dos recintos aumentou substancialmente em 2003, sobretudo nas ilhas Terceira e São Miguel, atingindo 7 092 e 6 212 lugares, respectivamente. Santa Maria manteve o mesmo número de lugares enquanto em São Jorge, Graciosa e Faial surgem novos espaços e, conseqüentemente, passa a ser contabilizado maior número de espectadores por sessão (Figura 84).



Fonte: SREA, 2002a; DRC, 2005

Figura 84. Lotação dos recintos na RAA, por ilha (1999 e 2003)

• Casas de espectáculos, salas de cinema e auditórios

Segundo o SREA, em 2001, o arquipélago dos Açores apresentava um total de 14 auditórios, nove casas de espectáculo, 122 salas de espectáculos e 15 salas de cinema. Apenas as ilhas de São Miguel, Terceira, São Jorge e do Pico detêm auditórios, sendo a primeira a que concentra o maior número destes equipamentos.

As casas de espectáculos ocorrem somente em Santa Maria, São Miguel, Terceira e Faial. Uma vez mais, São Miguel assume a liderança regional. Com excepção do Corvo, todas as restantes ilhas dispõem de salas de espectáculos. A Terceira e São Miguel detêm a maior representatividade. Em contrapartida, Santa Maria e Flores revelam os valores menos significativos.

No que concerne às salas de cinema, existem apenas nas ilhas de São Miguel, Santa Maria e Terceira, sendo a primeira aquela que mais salas exhibe.

Os dados fornecidos pela DRC para o período 2001-2003 referem-se apenas ao número de recintos de espectáculos de natureza artística, não contemplando informação para os concelhos da Calheta, Madalena, Lajes e São Roque do Pico, Santa Cruz e Lajes das Flores e Vila Nova do Corvo. Assim, dos 24 recintos identificados, salientam-se as salas de cinemas, auditórios, teatros e praças de touros.

JUSTIÇA

Os equipamentos relacionados com a justiça inserem-se nas seguintes tipologias: Tribunais; Conservatórias; Cartórios; Secretarias Notariais; Institutos de Reinserção Social; Polícia Judiciária; Estabelecimentos Prisionais; Comissões de Conciliação e Arbitragem; Gabinetes de Consulta Jurídica e Comissões de Protecção de Crianças e Jovens. Segundo o Tribunal Administrativo e Fiscal Agregado de Ponta Delgada, entidade responsável pela cedência de dados, a informação mantém-se idêntica à referida para 2001.

Os elementos disponíveis apontam para um total regional de 68 equipamentos de justiça. É notória a heterogeneidade na sua distribuição, uma vez que estes se concentram, principalmente, nas ilhas de São Miguel e Terceira (Tabela 24).

Tabela 24. Número de equipamentos de justiça na RAA, por ilha (2003)

Unidade: N.º	
ILHA	Total
Santa Maria	3
São Miguel	32
Terceira	13
Graciosa	3
São Jorge	3
Pico	3
Faial	8
Flores	2
Corvo	1
AÇORES	68

Fonte: Tribunal Administrativo e Fiscal Agregado de Ponta Delgada, 2005

SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA

Na análise deste sector consideram-se as seguintes tipologias de infra-estruturas: Forças de Segurança e Serviços de Segurança. Na primeira tipologia, destaca-se a Guarda Nacional Republicana/Brigada Fiscal, a Polícia de Segurança Pública e a Polícia Marítima. A segunda, está representada pela Polícia Judiciária, pelos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras e pelo Serviço de Informações de Segurança.

• Forças de segurança

A Guarda Nacional Republicana/Brigada Fiscal e a Polícia de Segurança Pública (PSP) têm como funções a prevenção da criminalidade, a manutenção da tranquilidade e da ordem pública, garantindo o respeito dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Todos os concelhos da Região apresentam pelo menos um estabelecimento, sendo as ilhas Terceira e São Miguel as mais reforçadas ao nível destas forças de segurança. No Corvo existe um efectivo da PSP das Flores que se desloca regularmente à ilha.

A Polícia Marítima, para além de especializada nas áreas e matérias legalmente atribuídas ao SAM, colabora com as restantes forças policiais de forma a garantir a segurança e os direitos dos cidadãos. Na Região existem 10 estabelecimentos. A ilha Terceira constitui excepção à contabilização de um único estabelecimento por ilha, uma vez que apresenta dois estabelecimentos ao serviço da Polícia Marítima, um na capitania de Angra do Heroísmo e outro na capitania da Praia da Vitória.

• Serviços de segurança

A Polícia Judiciária colabora com as autoridades judiciárias na investigação dos ilícitos criminais do seu âmbito de atribuições ou sob a incumbência das autoridades judiciárias competentes. Na RAA, este serviço de segurança, está presente somente nas ilhas de São Miguel e Terceira, sendo que nesta última é composto apenas por dois efectivos.

O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras tem como competências controlar a circulação de pessoas nas fronteiras, a permanência e actividades de estrangeiros no território regional, bem como executar as medidas e acções relacionadas com os movimentos migratórios. Na Região, existe uma Direcção Regional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras localizada em Ponta Delgada e três delegações nos concelhos de Angra do Heroísmo, Horta e Madalena.

No que concerne ao Serviço de Informações de Segurança, entidade vocacionada para a produção de informações destinadas a prevenir actividades de espionagem, sabotagem e terrorismo,

assim como actos que possam por em causa ou ameaçar o Estado, verifica-se apenas uma ocorrência na RAA, com localização no concelho de Ponta Delgada.

PROTECÇÃO CIVIL E BOMBEIROS

- **Protecção civil**

O sistema de protecção civil dos Açores contempla dois níveis de intervenção: regional e municipal. O Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores depende do Governo Regional, em concreto da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos. Este encontra-se representado, a nível regional, pelo Centro Regional de Operações de Emergência e Protecção Civil dos Açores e, a nível municipal, pelo Serviço Municipal de Protecção Civil.

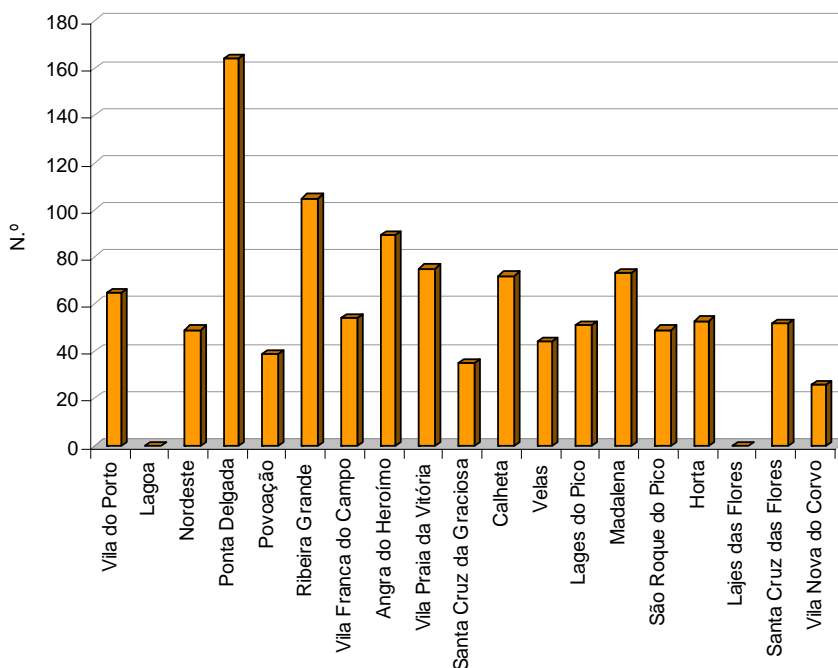
- **Bombeiros**

No território nacional existem três tipos de corpos de bombeiros: os privativos (dependentes de entidades privadas), os municipais (dependentes das Câmaras Municipais) e os associativos (dependentes de Associações Humanitárias). Na Região os corpos de bombeiros são apenas privativos e associativos.

Os bombeiros privativos da empresa ANA Aeroportos têm como funções a segurança dos aeroportos de Santa Maria, São Miguel, Faial e Flores. Os restantes bombeiros da Região são corpos associativos que têm por finalidade o socorro à população.

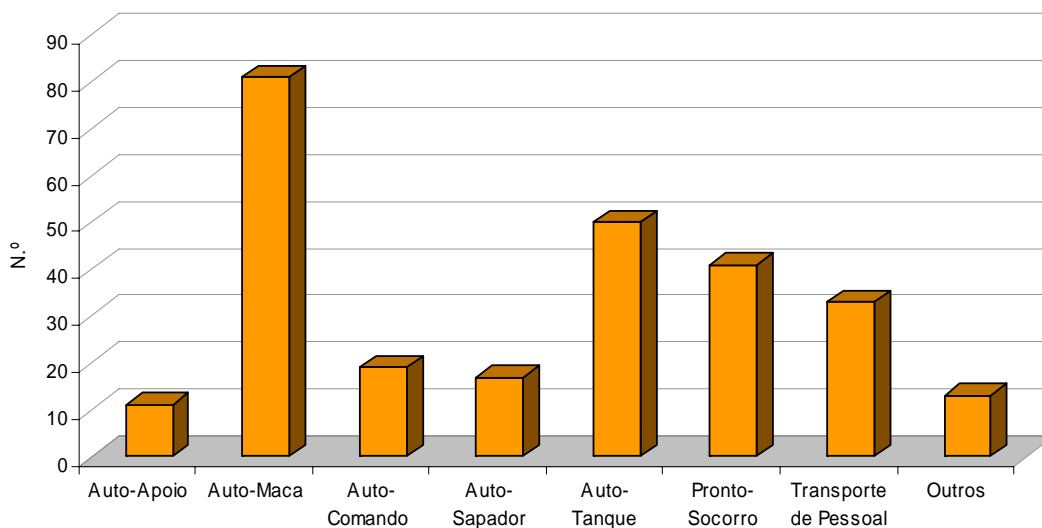
No que respeita às Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários, verifica-se que em todos os concelhos, com excepção da Lagoa e Lajes das Flores, existem infra-estruturas. Em 2003, o número total de bombeiros alcança os 1 095 efectivos (Figura 85).

A ilha que apresenta maior número de elementos e viaturas é a de São Miguel, sendo os concelhos de Ponta Delgada e Ribeira Grande os melhor equipados. Das diferentes tipologias de viaturas de socorro e incêndio, as auto-macas e os auto-tanques ocorrem em todas as cooperações da Região (Figura 86).



Fonte: SRPCB, 2005

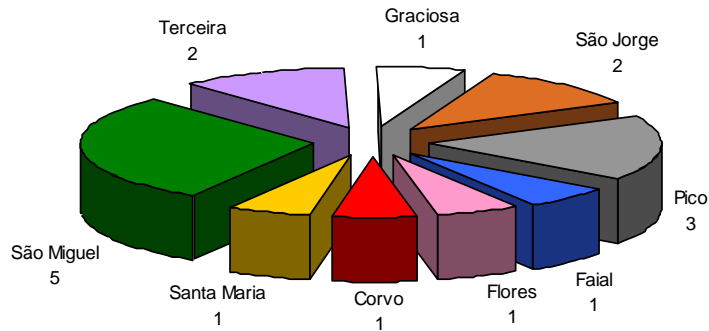
Figura 85. Número de efectivos das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários na RAA, por concelho (2003)



Fonte: SRPCB, 2005

Figura 86. Número de viaturas, por tipologia, das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários na RAA (2003)

No que concerne às infra-estruturas de bombeiros, como se observa na Figura 87, as ilhas com maior número de quartéis referem-se a São Miguel, Pico, Terceira e São Jorge.



Fonte: SRPCB, 2005

Figura 87. Número de quartéis de bombeiros na RAA, por ilha (2003)

Segundo a DROAP (2006), existem ainda cinco secções destacadas de quartéis, na Região, uma nos Altares (Terceira), uma nos Ginetes (São Miguel), uma na Lomba da Maia (São Miguel), uma no Topo (São Jorge) e uma nas Lajes das Flores (Flores).

INFRA-ESTRUTURAS DE TRANSPORTES

Neste sub-sector, consideram-se as infra-estruturas de transportes marítimos, aéreos e terrestres. A análise incide no número de portos por tipologia, movimento anual de embarcações comerciais e de recreio, movimento anual de mercadorias nos portos (cargas e descargas), aeroportos e aeródromos, movimento de passageiros nos portos, nos aeroportos e aeródromos, extensão da rede rodoviária regional e ainda na caracterização da rede de transportes públicos terrestres.

TRANSPORTES MARÍTIMOS

- **Portos por tipologia**

Segundo o Decreto Legislativo Regional n.º 17/94/A, de 18 de Maio, os portos da Região Autónoma dos Açores agrupam-se em quatro tipologias: classe A, B, C e D. Os Decretos Legislativos Regionais n.º 19/98/A, de 28 de Novembro e n.º 13/2000/A, de 20 de Maio, alteram o diploma anterior, procedendo a uma reclassificação do porto das Lajes, na ilha do Pico, à reclassificação de alguns portinhos e ao aditamento do porto de São João, na ilha do Pico, em porto de classe D.

Os dados disponíveis indicam a existência de três portos da classe A “portos com funções de entreposto comercial” nas ilhas de São Miguel, Terceira e Faial (Tabela 25).

Os portos de classe B “portos com funções comerciais, suportando a actividade económica da ilha em que se situam”, encontram-se nas ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Pico, Flores e Corvo. Os portos de classe C “portos com funções mistas de pequeno comércio, transporte de passageiros e pesca” distribuem-se pelas ilhas Terceira, São Jorge, Pico e Flores. Quanto aos portos de classe D “portos cuja função exclusiva é serem destinados à pesca”, estes ocorrem em todas as ilhas. As ilhas com o maior número de portos são o Pico e São Miguel, situação que demonstra a importância das actividades marítimas nestas duas ilhas (Tabela 25).

Os portos de menor dimensão e sem função específica denominam-se portinhos. Estão presentes em todas as ilhas, embora com particular incidência em São Miguel, São Jorge e Pico. Em termos concelhios, os municípios da Horta, Madalena e Calheta destacam-se no cômputo regional. Em contrapartida, Lagoa, Nordeste, Praia da Vitória e Santa Cruz da Graciosa apresentam os valores menos expressivos (Tabela 26).

Tabela 25. Número de portos por tipologia na RAA, por ilha

Unidade: N.º

Classes	ILHA	Porto
A	São Miguel	1
	Terceira	1
	Faial	1
B	Santa Maria	1
	Graciosa	1
	São Jorge	1
	Pico	1
	Flores	1
	Corvo	1
C	Terceira	1
	São Jorge	1
	Pico	2
D	Flores	1
	Santa Maria	2
	São Miguel	10
	Terceira	6
	Graciosa	4
	São Jorge	3
	Pico	11
	Faial	2
	Flores	3
Corvo	1	

Fonte: Diário da República – I Série – A (Decreto Legislativo Regional n.º 17/94/A, de 18 de Maio; Decreto Legislativo Regional n.º 19/98/A, de 28 de Novembro; Decreto Legislativo Regional n.º 13/2000/A, de 20 de Maio); APSM, 2005

Tabela 26. Número de portinhos na RAA, por concelho

Unidade: N.º

ILHA	Concelho	Portinho
Santa Maria	Vila do Porto	4
	Ponta Delgada	6
	Lagoa	1
São Miguel	Vila Franca do Campo	2
	Povoação	3
	Nordeste	1
	Ribeira Grande	3
Terceira	Angra do Heroísmo	7
	Praia da Vitória	1
Graciosa	Santa Cruz da Graciosa	1
São Jorge	Velas	7
	Calheta	9
Pico	Lajes do Pico	3
	São Roque do Pico	3
	Madalena	9
Faial	Horta	13
Flores	Lajes das Flores	3
	Santa Cruz das Flores	3
Corvo	Vila Nova do Corvo	2

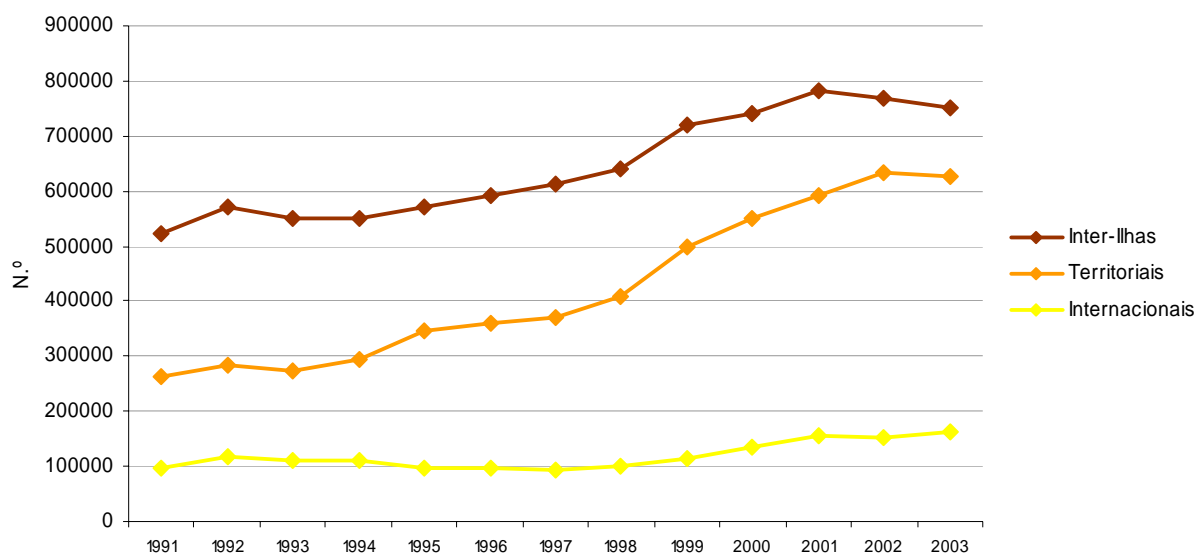
Fonte: Diário da República – I Série – A (Decreto Legislativo Regional n.º 17/94/A, de 18 de Maio; Decreto Legislativo Regional n.º 19/98/A, de 28 de Novembro; Decreto Legislativo Regional n.º 13/2000/A, de 20 de Maio)

TRANSPORTES AÉREOS

• Movimentos de passageiros

O movimento de passageiros nos transportes aéreos corresponde ao número de pessoas (embarcadas, desembarcadas e em trânsito) que se movimentam anualmente nos aeroportos e aeródromos da Região, considerando os diferentes tipos de escalas (inter-ilhas, territoriais e internacionais). Os dados disponíveis compreendem o período 1991-2003.

Verifica-se um aumento no movimento de passageiros em qualquer uma das tipologias de voos, embora seja notório o acréscimo nos voos territoriais. No entanto, são os voos inter-ilhas que registam o maior movimento de passageiros (Figura 88).

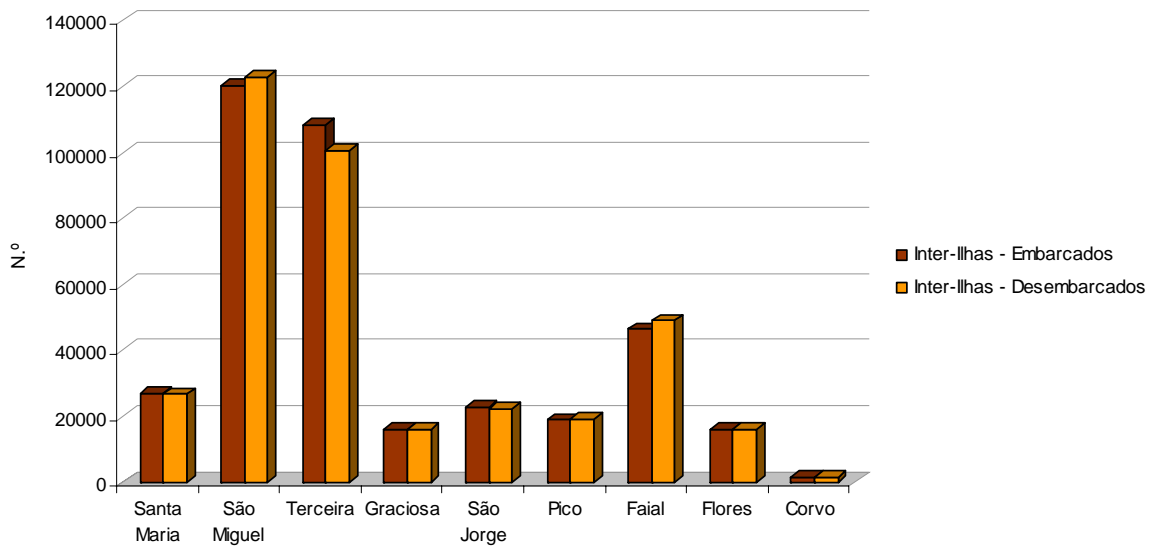


Fonte: SREA, 2001d; SREA, 2003a

Figura 88. Movimento de passageiros nos aeroportos da RAA (1991-2003)

Analisando os dados referentes a 2003, verifica-se que os aeroportos da Região que mais passageiros movimentam são os de São Miguel, Terceira e Faial. Em todas as restantes ilhas registaram-se menos 27 000 passageiros transportados (embarcados ou desembarcados).

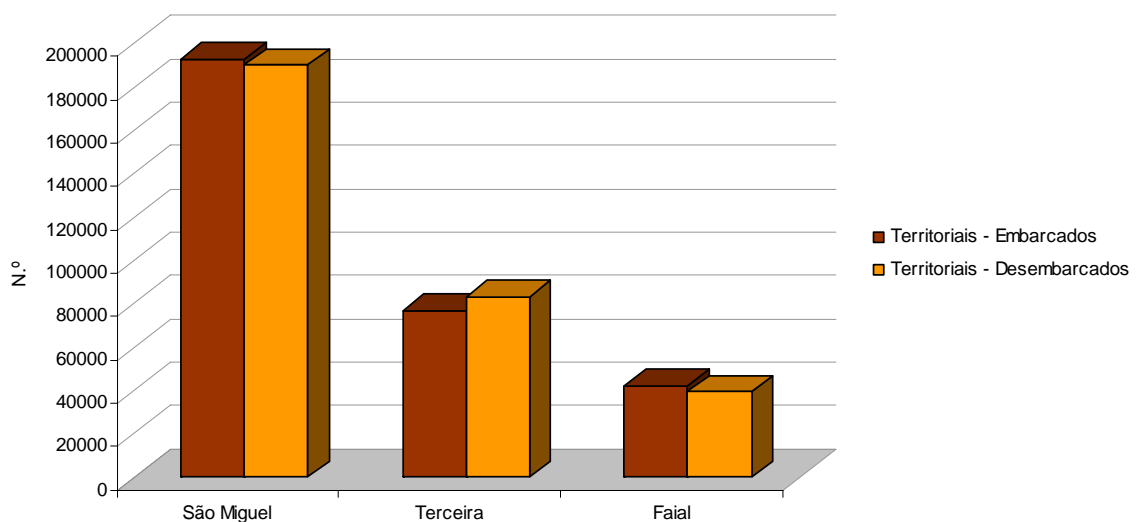
Na generalidade das ilhas, à excepção de São Miguel, Terceira e Faial, o número de passageiros embarcados e desembarcados é semelhante, verificando-se em 2003 um número de desembarcados menor do que os embarcados.



Fonte: SREA, 2003a

Figura 89. Número de passageiros inter-ilhas na RAA, por ilha (2003)

Os dados referentes aos voos territoriais respeitam apenas às ilhas de São Miguel, Terceira e Faial, uma vez que são as únicas onde ocorrem. A tendência revela um aumento no movimento de passageiros e, em 2003, a ilha que apresentava os valores mais elevados era a de São Miguel (Figura 90).



Fonte: SREA, 2003a

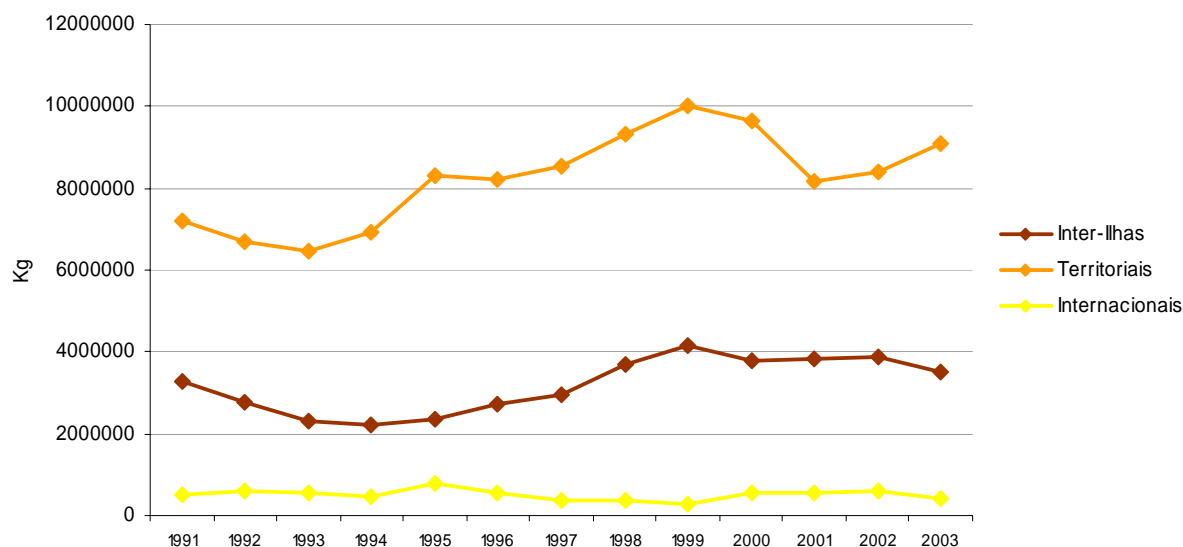
Figura 90. Número de passageiros em voos territoriais na RAA, por ilha (2003)

Em 2003, os voos internacionais escalam apenas os aeroportos de São Miguel e Terceira. Verifica-se um acréscimo generalizado do número de passageiros em São Miguel, assistindo-se ao mesmo na Terceira, apesar da diminuição dos passageiros embarcados. O caso de Santa Maria difere dos restantes, pois as aeronaves realizam sobretudo escalas técnicas.

• Movimentos de mercadorias

O movimento de mercadorias é determinado pela quantidade (em peso) das mercadorias carregadas e descarregadas em voos inter-ilhas, territoriais e internacionais, com partida ou chegada aos aeroportos e aeródromos da RAA. Os valores relativos ao movimento de mercadorias nos voos territoriais e internacionais dizem respeito a São Miguel e Terceira. Para o Faial, existem somente valores para voos territoriais. Os dados analisados são referentes ao período de 1991 a 2003 (Figura 91).

Observa-se um decréscimo a partir de 1999 no movimento de mercadorias nos aeroportos da Região ao longo do período em análise, contrariado apenas pelo aumento do movimento de mercadorias territoriais, que se verificou a partir de 2001. Por outro lado, constata-se que o decréscimo é mais significativo nos voos territoriais. As mercadorias movimentadas nos voos internacionais têm apresentado uma tendência constante.



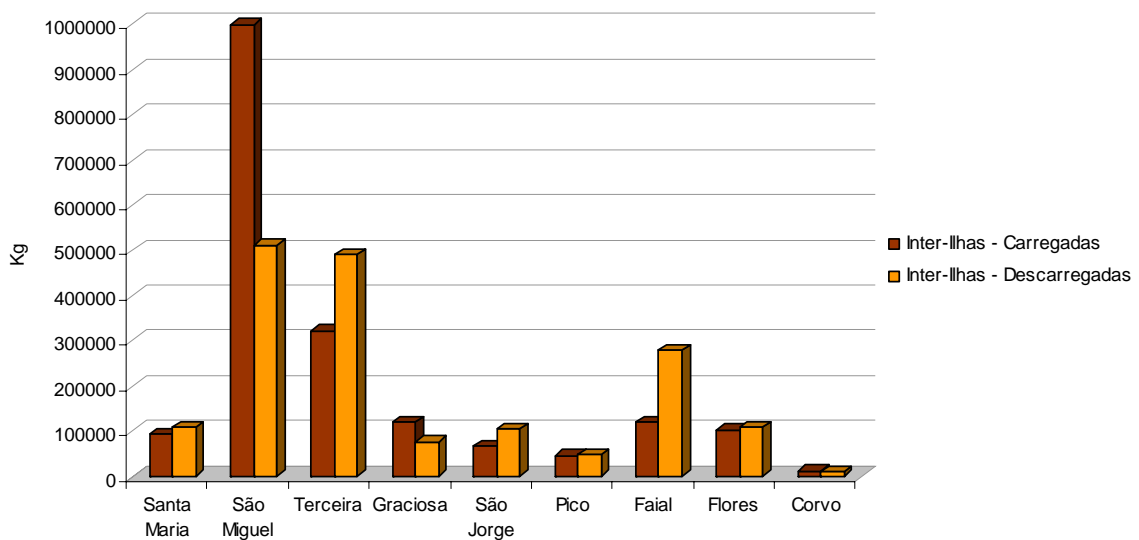
Fonte: SREA, 2001d; SREA, 2003a

Figura 91. Movimento de mercadorias nos aeroportos da RAA (1991-2003)

Em 2000, assistiu-se ao incremento da quantidade de mercadorias carregadas nos voos inter-ilhas em Santa Maria, São Miguel, Graciosa, São Jorge, Pico e Flores, registando-se, em 2003, um decréscimo generalizado em todas as ilhas, com exceção do Corvo. Quanto ao movimento de

mercadorias descarregadas na mesma data, registou-se um aumento em todas ilhas da RAA, com excepção de Santa Maria, Pico, Flores e Corvo, ao qual se seguiu um decréscimo em Santa Maria, Terceira, Pico e Flores.

Em 2003, o maior movimento de mercadorias inter-ilhas regista-se em São Miguel, Terceira e Faial, em oposição ao Corvo. Verifica-se, ainda, que para as primeiras três ilhas, com excepção da primeira, a quantidade de carga descarregada é superior à carregada (Figura 92).



Fonte: SREA, 2003a

Figura 92. Mercadorias carregadas e descarregadas por aeroportos inter-ilhas (2003)

No período analisado, os voos territoriais registaram, na globalidade, uma diminuição da quantidade de mercadoria carregada nos aeroportos de São Miguel, Terceira e Faial. Por seu turno, a mercadoria descarregada sofreu um ligeiro acréscimo nestas três ilhas, nomeadamente na de São Miguel. No que se refere aos voos internacionais, em São Miguel (2003) ocorre uma diminuição na quantidade carregada, sendo os valores mais representativos os relativos a 2001. Na ilha Terceira regista-se a diminuição das mercadorias carregadas e o aumento das descarregadas.

TRANSPORTES TERRESTRES

Os transportes terrestres compreendem uma análise da extensão da rede rodoviária, assim como a caracterização do sistema de transportes públicos, tendo em conta a frequência e a empresa transportadora.

• Rede rodoviária

Segundo o Decreto Legislativo Regional n.º 26/94/A, de 30 de Novembro, as vias públicas de comunicação terrestres são as seguintes: rede regional (vias rápidas, estradas regionais de 1ª e 2ª classe), rede municipal (estradas municipais, caminhos municipais de 1ª e 2ª classe) e rede florestal (caminhos florestais principais, secundários ou estradões florestais).

Os dados referentes à estrutura rodoviária contemplam somente a extensão da rede viária regional. Como se observa na Tabela 27, a ilha de São Miguel apresenta o maior grau de infra-estruturação, seguida do Pico e Terceira, facto compreensível atendendo à dimensão territorial destas ilhas.

Tabela 27. Estrutura da rede rodoviária na RAA (2001)

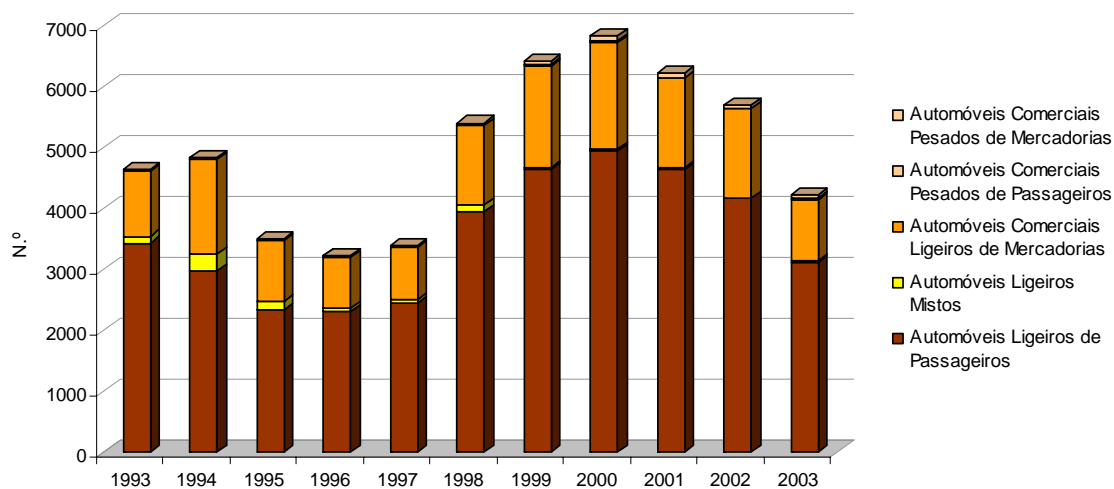
ILHA	Área (km ²)	Rede Viária Regional (km)	Estrada Regional
Santa Maria	97	58	Não periférica
São Miguel	747	440	Periférica
Terceira	402	232	Periférica
Graciosa	61	72	Periférica
São Jorge	246	132	Não periférica
Pico	448	253	Periférica
Faial	173	116	Periférica
Flores	142	79	Não periférica
Corvo	17	11	Não periférica
AÇORES	2 333	1 393	

Fonte: DROPTT, 2002

• Veículos particulares em circulação

O número total de veículos em circulação na Região é um dado que carece de apuramento, dado que os automóveis novos vendidos são matriculados nos Serviços de Viação de Lisboa. Além disso, o respectivo imposto é regularizado numa das alfândegas do continente. Por outro lado, há a considerar um quantitativo considerável de usados provenientes não só do mercado nacional como também do estrangeiro. Resta ainda aferir nesta contabilidade o total de veículos abatidos.

Os dados disponíveis são relativos ao número de viaturas novas vendidas na Região. Assim, com base no SREA, verifica-se que no período compreendido entre 1993 e 2000 o parque automóvel sofreu um forte incremento, com especial incidência após 1997, registando-se contudo um acentuado decréscimo de 2000 a 2003 (Figura 93).

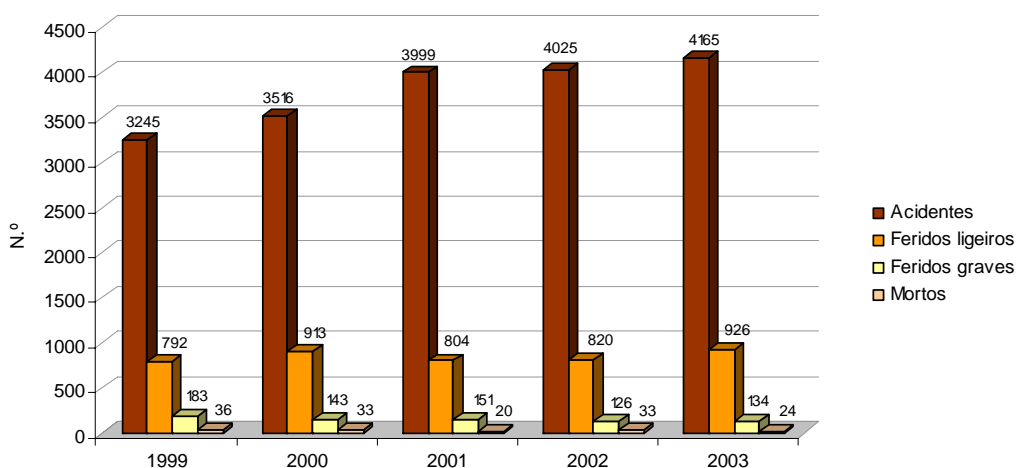


Fonte: SREA, 2003a

Figura 93. Veículos novos vendidos na RAA (1993-2003)

• Acidentes rodoviários

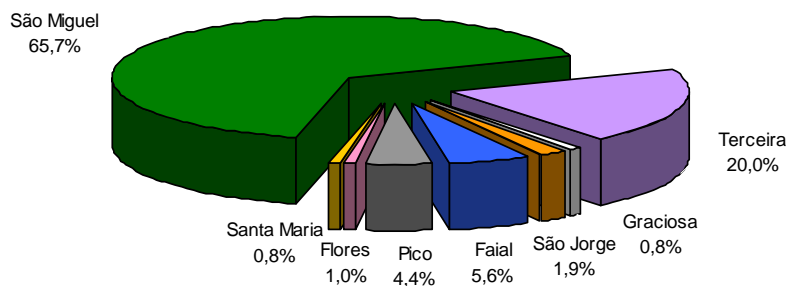
Na Região, em 1999 registaram-se 3 245 acidentes, que resultaram em 1 011 vítimas, das quais 36 mortais, e em 2001 registaram-se 3 999 acidentes, que resultaram em 975 vítimas, das quais 20 mortais. Apesar de em 2003 existir registo de um maior número de acidentes (4 165), verifica-se uma diminuição do número de mortos em relação a 1999 (Figura 94).



Fonte: DROPTT, 2005

Figura 94. Evolução do número de acidentes e respectivas vítimas (1999-2003)

O maior número de acidentes verificou-se em São Miguel, onde ocorreram 2 695 registos. Esta ilha apresenta também o maior número de vítimas (643), das quais 10 mortais.



Fonte: DROPTT, 2005

Figura 95. Total de acidentes com viaturas na RAA, por ilha (2003)

No período em análise (1999-2003), ocorreu um acréscimo dos acidentes rodoviários e dos feridos, sendo que em 2002 há a lamentar um número significativo de vítimas mortais (33) comparativamente à diminuição observada nos anos anteriores.

• Rede de transportes públicos

No que concerne aos transportes públicos (colectivos), as ilhas de São Miguel e Terceira são as que apresentam o maior número de percursos em 2003, em oposição ao Corvo, onde não existe qualquer oferta neste âmbito (Tabela 28), dado compreensível atendendo à dimensão territorial desta ilha.

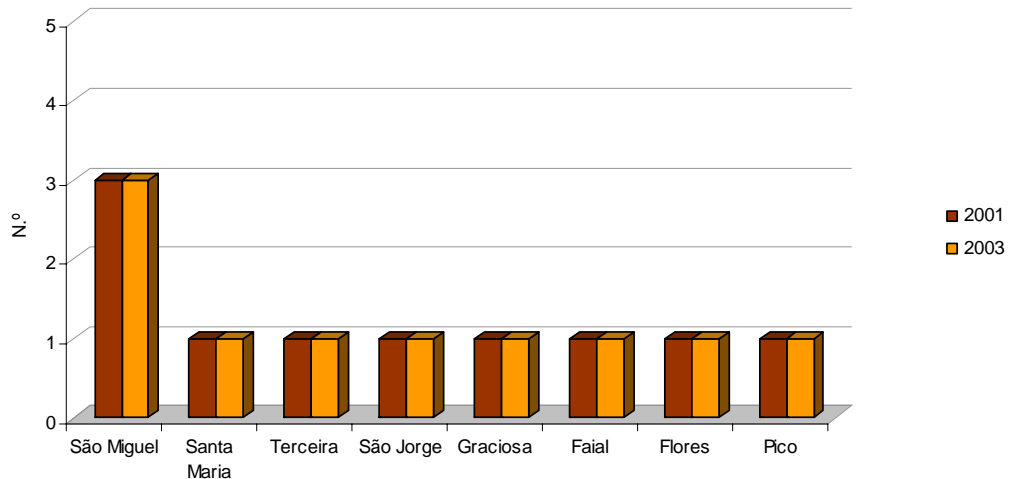
Tabela 28. Número de circuitos na RAA, por ilha (2003)

Unidade: N.º	
ILHA	Circuitos
Santa Maria	3
São Miguel	41
Terceira	17
Graciosa	3
São Jorge	2
Pico	2
Faial	4
Flores	2
Corvo	0

Fonte: DROPTT, 2005

No que diz respeito ao número de carreiras, a ilha de São Miguel diferencia-se substancialmente das restantes, seja nos dias úteis ou nos fins-de-semana e feriados. Numa posição secundária surge a ilha Terceira, também com um número significativo de carreiras.

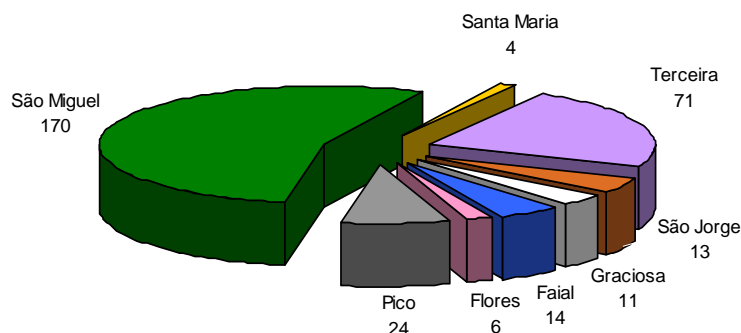
Em relação ao número de empresas de transportes colectivos na RAA, não se verificam alterações quando comparados os dois anos em análise (2001 e 2003).



Fonte: DROPTT, 2005

Figura 96. Número de empresas de pesados de passageiros na RAA, por ilha (2001 e 2003)

Relativamente ao número de veículos pesados de passageiros licenciados, das empresas contabilizadas na Região em 2003 (Figura 97), verifica-se que a ilha de São Miguel apresenta o maior número (170), seguindo-se a Terceira (71) e o Pico (24).



Fonte DROPTT, 2005

Figura 97. Número de veículos pesados de passageiros licenciados na RAA, por ilha (2003)

ENERGIA

Na contabilização das diferentes unidades de produção de energia, incluem-se as seguintes tipologias: energia térmica, eólica, geotérmica e hídrica. Nesta análise, são considerados os anos de 1991, 2001 e 2003 (Tabela 29).

Entre 1991 e 2003 ocorreu na Região um aumento na produção de energia em todas as ilhas. Nestes dois anos de referência, as ilhas com maior produção foram São Miguel e Terceira, contrariamente ao Corvo que apresentou a menor representatividade.

Tabela 29. Unidades de produção de energia na RAA, por ilha (1991, 2001 e 2003)

ILHA	Unidade: Kwh		
	1991	2001	2003
Santa Maria	9 538 190	15 014 260	15 821 130
São Miguel	172 562 374	304 645 051	363 827 574
Terceira	77 284 900	131 062 040	147 838 280
Graciosa	4 737 764	8 573 180	9 278 310
São Jorge	10 983 013	19 571 340	22 513 710
Pico	15 348 980	30 858 350	36 961 160
Faial	24 762 390	40 406 930	44 422 080
Flores		8 262 250	9 158 660
Corvo		809 000	972 430

Fonte: DRCIE, 2002/2005

Nos anos considerados, a única ilha onde se produziu energia geotérmica foi São Miguel. As ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Faial registam a produção de energia eólica. De 2001 a 2003, ocorreu um aumento na produção deste tipo de energia em todas as ilhas mencionadas. Salienta-se, contudo, que as ilhas do Faial e das Flores em 2001 não dispunham de sistemas produtores de energia eólica, situação que se inverte em 2003. Por sua vez, as ilhas de São Miguel, Faial, Terceira e Flores foram as únicas onde houve produção de energia hídrica. Contudo, apenas o Faial apresenta uma diminuição nos valores de produção entre os anos de 2001 e 2003 (Tabela 30).

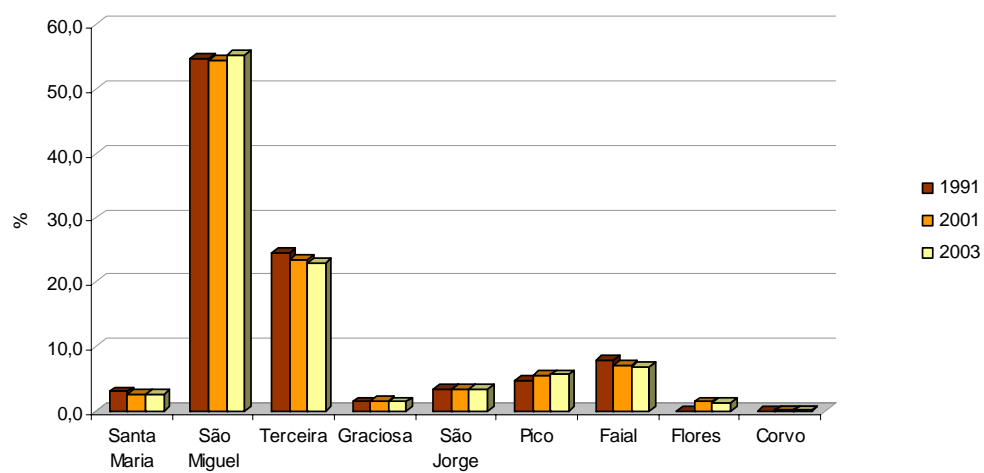
Tabela 30. Unidades de produção de energia por tipologia na RAA, por ilha (1991, 2001 e 2003)

Unidade: Kwh

ILHA	1991	2001	2003
Santa Maria			
En. Térmica	9 125 740	14 944 390	14 612 270
En. Eólica	412 450	69 870	2 208 860
São Miguel			
En. Térmica	149 713 090	178 470 010	241 518 054
En. Hídrica	17 707 184	20 838 662	23 439 020
En. Geotérmica	5 142 100	105 288 600	88 870 500
Terceira			
En. Térmica	77 284 900	125 813 240	146 073 280
En. Hídrica		4 543 200	1 765 000
Graciosa			
En. Térmica	4 737 764	8 027 300	7 623 780
En. Eólica		545 880	1 654 530
São Jorge			
En. Térmica	10 884 580	17 755 720	19 677 180
En. Eólica	98 433	1 815 620	2 836 550
Pico			
En. Térmica	15 348 980	30 858 350	36 395 460
Faial			
En. Térmica	24 760 840	39 856 830	41 926 750
En. Eólica			2 079 830
En. Hídrica	1 550	550 100	425 500
Flores			
En. Térmica		4 445 620	3 487 060
En. Eólica			1 473 380
En. Hídrica		3 816 630	4 198 240
Corvo			
En. Térmica		809 000	972 430

Fonte: DRCIE, 2002/2005

Em síntese, a produção de energia revela uma tendência crescente em São Miguel e Pico, representando na primeira ilha um aumento de 0,5% no período de 1991-2003, e na segunda de 0,8%. Note-se que São Jorge não registou qualquer alteração, sendo contudo notória uma redução da produção de energia no Faial e na Terceira (Figura 98).



Fonte: DRCIE, 2002/2005

Figura 98. Percentagem total de produção de energia na RAA, por ilha (1991, 2001 e 2003)

COMUNICAÇÕES

Na análise deste sub-sector consideram-se os dados respeitantes ao número de estabelecimentos de correios, postos telefónicos principais e públicos, assim como os assinantes do serviço móvel terrestre e TV Cabo.

Os dados disponíveis compreendem diferentes períodos de análise. Nestes termos, as informações relativas ao número de estabelecimentos dos correios, postos telefónicos públicos e assinantes da TV Cabo são referentes a 2003, enquanto que o número de assinantes do serviço móvel terrestre reportam-se a 2001 e/ou 2003. Em contrapartida, os dados relativos aos postos telefónicos principais compreendem o período de 1991 a 2003.

- **Estabelecimentos dos correios**

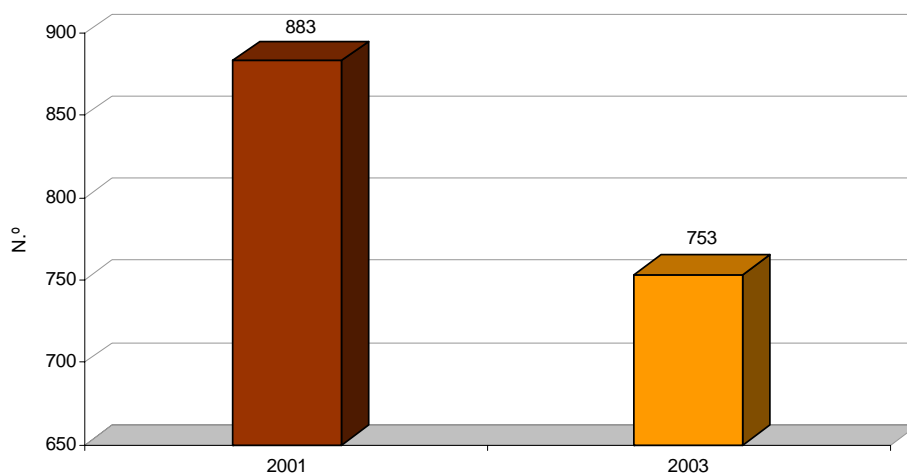
Em 2003, o número de estabelecimentos dos correios na RAA alcança os 32, sendo os municípios de Ponta Delgada e Ribeira Grande aqueles que dispõem de mais unidades (CTT, 2005). Contudo, não se verificou grande diferença em relação a 2001, onde se contabilizava 31 estabelecimentos.

- **Postos telefónicos principais**

O número de postos telefónicos principais corresponde aos serviços de telefone fixo na Região. No período 1991-2003, verificou-se um aumento muito significativo em todas as ilhas (cerca 50% no total), sendo os concelhos de Ponta Delgada e de Angra do Heroísmo os que detinham a maior percentagem (29,8% e 15,2%, respectivamente). Apesar dos municípios do Nordeste, Calheta, São Roque do Pico, Lajes e Santa Cruz das Flores e Vila Nova do Corvo apresentarem o menor número de postos telefónicos principais, foram precisamente estes os que apresentam os aumentos mais significativos de toda a Região em 2003, atingindo mais do dobro do número de postos telefónicos, relativamente a dados de 1991.

- **Postos telefónicos públicos**

Segundo a PT Comunicações, em Dezembro de 2003 existem na Região 753 telefones públicos, menos 130 postos que o contabilizado em 2001 (Figura 99).



Fonte: CTT, 2005

Figura 99. Número de postos de telefone públicos na RAA (2001 e 2003)

• Número de assinantes do serviço móvel terrestre

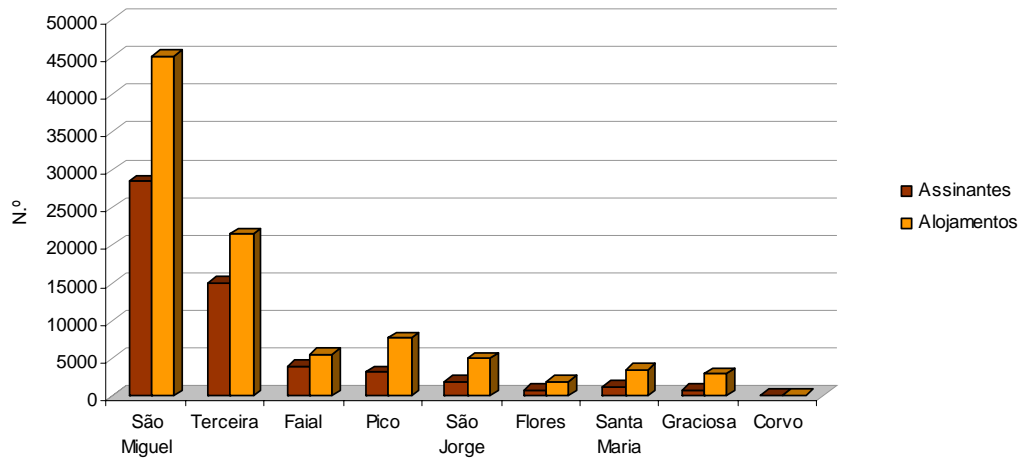
Segundo informação da TMN, em 2001, o número de assinantes ascendeu aos 87 000 e a cobertura corresponde a 36% (n.º de assinantes/100 habitantes).

Em relação à rede Optimus, verifica-se que o número de utilizadores em 2003 é de 2 104. Contudo, não é possível, segundo a empresa, determinar o número de vendas por região geográfica ou por ilha, dado que pelo menos 60% dos assinantes são “não identificados”, o que impossibilita a reconhecimento da sua origem.

Não foram disponibilizados dados para a rede Vodafone.

• Assinantes da TV Cabo

Em Dezembro de 2003, o número de assinantes da TV Cabo Açoreana, incluindo assinantes por Cabo e por Satélite, situa-se nos 55 967, substancialmente mais que os assinantes em 2001 (47 726). As ilhas do Faial e Corvo (Figura 100) são as que apresentam uma taxa de penetração mais elevada, considerando a comparação com o número de assinantes vs número de alojamentos.



Fonte: CaboTv Açoreana, S.A., 2005

Figura 100. Número de assinantes de TV Cabo vs alojamentos na RAA, por ilha (2003)

ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO

• Abastecimento de água

A cobertura dos sistemas de abastecimento de água ao domicílio corresponde à população servida por este serviço público e constitui um dos indicadores mais relevantes da qualidade de vida (nível de atendimento). Nos Açores, a larga percentagem da água destinada ao consumo público tem origem subterrânea, sendo captada através de furos ou de nascentes. A Tabela 31 identifica as principais origens das águas em cada concelho da Região.

Tabela 31. Origens de água para abastecimento na RAA, por concelho (2001)

Unidade: N.º

ILHA	Concelho	Origem da Água			
		Subterrânea		Superficial	
		Furos	Nascentes	Lagoas	Cursos de água
Santa Maria	Vila do Porto	5	23	0	0
	Ponta Delgada	3	69	1	0
São Miguel	Ribeira Grande	0	26	0	1
	Lagoa	1	37	0	0
	Vila Franca do Campo	0	3	0	0
	Povoação	0	12	0	0
	Nordeste	1	32	0	0
	Terceira	Angra do Heroísmo	4	37	1
	Praia da Vitória	9	10	0	0
Graciosa	Santa Cruz da Graciosa	7	14	0	0
São Jorge	Velhas	1	33	0	0
	Calheta	0	35	0	0
Pico	Madalena	4	0	0	0
	São Roque do Pico	3	2	1	0
	Lajes do Pico	6	2	0	0
Faial	Horta	8	61	0	0
Flores	Santa Cruz das Flores	0	23	0	0
	Lajes das Flores	0	20	0	0
Corvo	Vila Nova do Corvo	0	5	1	0
	AÇORES	52	444	4	1

Fonte: SRA, 2001

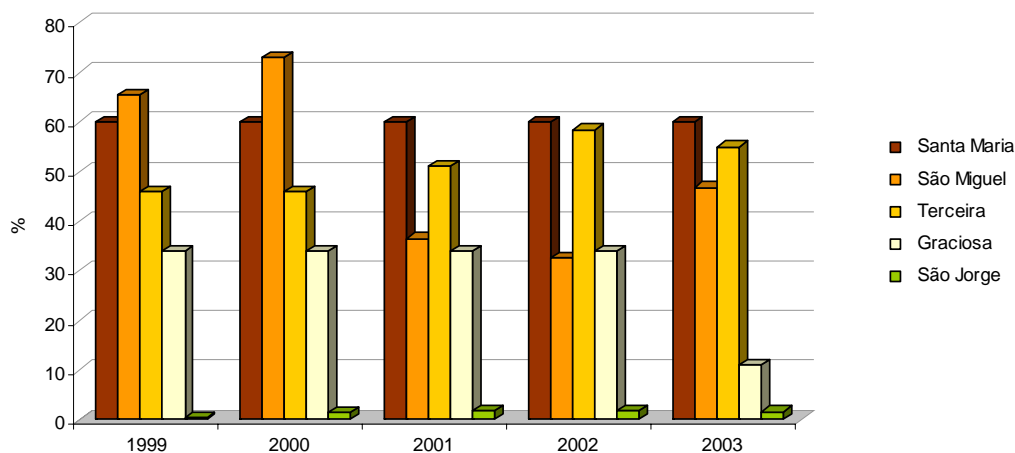
A Região apresenta, em 2003, uma percentagem de 100% de população servida pelos sistemas públicos de abastecimento de água (SREA, 2005b). As ilhas de Santa Maria, Terceira, Graciosa, Faial e Corvo detinham uma cobertura de 100%, desde 1999. As ilhas de São Miguel e Flores apresentam também uma taxa de 100%, com excepção do ano 2000, cujos valores apontavam para 99,3% e 99,5 %, respectivamente.

As mais deficitárias nesta matéria são as ilhas do Pico e São Jorge, que em 2002 registavam 72,6% e 99,2% respectivamente. No entanto, desde 1999 que se verifica um aumento da taxa de cobertura de abastecimento de água nestas ilhas, apresentando melhorias significativas em 2003.

• Drenagem e tratamento de águas residuais

Efluentes Domésticos

A percentagem da população servida pelos sistemas de tratamento de águas residuais é um indicador convencionalmente aplicado na classificação da qualidade de vida das populações. A realidade demonstra que na RAA a quase totalidade da população ligada aos sistemas de drenagem é inferior à servida, funcionando na maioria dos casos as fossas sépticas. Devido ao modelo de dispersão da população no arquipélago, os níveis de atendimento da rede de drenagem de águas residuais são bastante baixos. Segundo dados apresentados pelo SREA, apenas existe informação relativa às ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, Graciosa e São Jorge, entre 1999 e 2003 (Figura 101).



Fonte: SREA, 2001a; SREA, 2002a; SREA, 2003b; SREA, 2004a; SREA, 2005

Figura 101. População servida com sistemas de drenagem de águas residuais na RAA, por ilha (1999-2003)

Em 2003, o concelho de Ponta Delgada aproxima-se de 32% de população servida e o de Ribeira Grande de 30%. Em Vila do Porto, 60% da população é servida por sistemas de drenagem de águas residuais. Quanto a Santa Cruz da Graciosa, apenas 11% da população do concelho é servida pela rede de drenagem de águas residuais. Em Angra do Heroísmo e na Praia da Vitória, encontram-se servidos 58% e 50% da população, respectivamente. No concelho das Velas, a população servida é muito baixa (3%). De acordo com os dados estatísticos, entre 2001 e 2003 existe um aumento de população servida pelos sistemas de drenagem apenas nas ilhas de São Miguel e Terceira e inclusive uma diminuição em algumas ilhas, como destaque para a ilha Graciosa.

Para a generalidade dos 19 concelhos dos Açores, a população ligada aos sistemas de drenagem é sempre inferior à população servida, pois apesar de já existirem colectores, as ligações domiciliárias não são efectuadas, mantendo-se em funcionamento os sistemas individuais por fossas sépticas. O nível de atendimento para a drenagem de águas residuais nos Açores, em 2001 era de 38% e de 36,1% e 36,3% em 2002 e 2003, respectivamente. Segundo o SREA, em 2002 apenas 19,2% do caudal de efluentes produzidos na Região eram tratados, quer em ETAR ou através de fossas sépticas municipais. Todavia em 2003, observa-se um aumento para 31,9%.

Efluentes industriais

A maior parte das indústrias instaladas nos Açores pertencem ao ramo alimentar, pelo que o volume mais significativo de efluentes gerados é de origem orgânica, e por isso biodegradáveis. O processo de licenciamento de descargas de efluentes industriais encontra-se ainda numa fase preliminar, não existindo dados precisos relativos à sua localização, caracterização e quantificação (SRA, 2001).

Os valores de carga orgânica removida foram estimados em 2001, no âmbito do PRAA, tendo em conta a distribuição da população servida por sistemas de tratamento de águas residuais. Verifica-se que os valores gerados para todas as ilhas são significativamente superiores aos removidos, facto que se deve, por um lado, à baixa utilização dos sistemas de tratamento de águas residuais e, por outro, ao seu número reduzido. Não se dispõe de dados relativos ao volume total de efluentes sem tratamento lançados nas zonas costeiras. Conhece-se apenas o volume de cargas geradas e removidas de CBO_5 , sendo possível inferir os volumes que constituem efluentes sem tratamento em relação a este parâmetro, e que são eliminados, directa ou indirectamente, para o meio marinho.

As ilhas Terceira e São Miguel destacam-se pela elevada quantidade de carga gerada, totalizando um volume anual de 1 257 e 2 912 toneladas, respectivamente. Este facto reveste-se de grande significado, uma vez que o volume de carga removida nestas duas ilhas é praticamente equiparado, 513 na ilha Terceira e 573 em São Miguel.

Em relação à rejeição de águas residuais industriais, existem na Região apenas sete Estações de Tratamento de Águas Residuais Industriais (ETARI). As restantes unidades industriais não efectuam tratamento secundário dos seus efluentes líquidos dispondo, em regra, de fossas sépticas. A descarga de águas residuais nos concelhos onde existe uma rede de drenagem é, em alguns casos, efectuada no colector municipal, havendo ainda unidades industriais que descarregam directamente no mar, ou na linha de água mais próxima. Os valores mais elevados de cargas de CBO_5 geradas correspondem às ilhas de São Miguel e Terceira, 3 200 e 1 200 toneladas/ano, respectivamente (SRA, 2001). Todavia, não existem dados para avaliar as cargas removidas.

RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E INDUSTRIAIS

A recolha de resíduos sólidos urbanos, o seu tratamento, a recolha selectiva e o encaminhamento para locais adequados de triagem e reciclagem são competências das autarquias. Deste modo, estes indicadores permitem determinar a qualidade do ambiente urbano, a eficiência das infra-estruturas do território e o cumprimento dessa responsabilidade por parte das entidades responsáveis.

A produção de RSU na RAA, em 2000, era de cerca de 105 000 toneladas enquanto que em 2001 seria de cerca de 110 000 toneladas. Em 2003, surge um aumento da produção de RSU, atingindo o valor de 118 500 toneladas, correspondendo grande parte à ilha de São Miguel (mais de 50%) e Terceira (cerca de 20%). A capitação diária de RSU tem vindo a aumentar, alcançando em 2003 um valor de 1,37 kg.hab⁻¹.dia⁻¹.

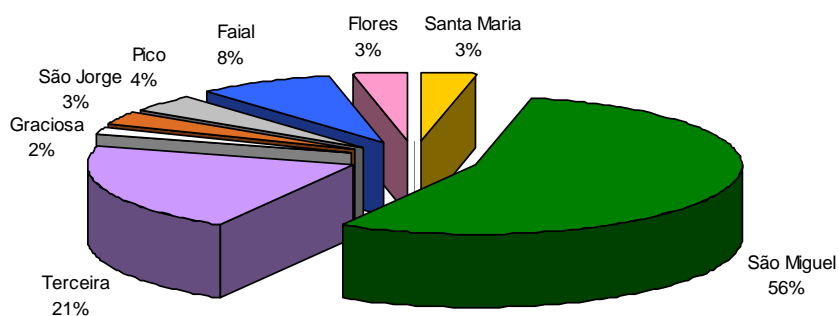
A quantificação de RSU ainda não abrange a área total da RAA, pelo que poderá existir maior produção de resíduos, uma vez que poderão não ser quantificados. Segundo os dados do INE (2004a) a produção nos Açores em 2002 seria de 85 516 toneladas e em 2003 de 121 941 toneladas.

Relativamente à produção *per capita* revelam-se variações significativas devido a falhas de preenchimento dos mapas de registo dos RSU relativamente ao modo de pesagem de resíduos, pelo que estes valores não serão apresentados.

Quanto aos resíduos industriais, verifica-se a continuidade do não preenchimento dos mapas de resíduos nos termos da Portaria n.º 792/98, de 22 de Setembro, pelo que apenas existem dados para o ano 1999, o que não permite a análise da evolução da produção de Resíduos Industriais (RI) ou de Resíduos Industriais Perigosos (RIP). No ano 1999, a produção de RI e RIP na RAA atingiu valores de 1 319 toneladas e 220 toneladas respectivamente, sendo maioritariamente registado na ilha de São Miguel, onde se encontra o maior número de indústrias (mais de 40% dos RI e 26% dos RIP declarados).

- **Índice de recolha de resíduos sólidos urbanos**

A quase totalidade da população da RAA encontra-se servida com sistemas de recolha de RSU (99,9%). Em 2001, a Região somou um total de RSU recolhidos de 122 807 toneladas. As ilhas de maior dimensão geográfica e populacional, São Miguel e Terceira, foram as que registaram a maior percentagem (Figura 102). Saliente-se a inexistência de dados para a ilha do Corvo.



Fonte: SREA, 2004a

Figura 102. Resíduos sólidos urbanos recolhidos na RAA, por ilha (2001)

A maior quantidade de RSU é recolhida pelos municípios de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Angra do Heroísmo e Horta, com valores superiores às 10 000 toneladas, seguindo-se a Praia da Vitória com quantitativos próximos das 9 000 toneladas.

• Índice de tratamento de resíduos sólidos urbanos

A percentagem de RSU recolhidos e submetidos a tratamento é, à semelhança dos anteriores, um importante indicador da qualidade de vida dos cidadãos. Na Região, apenas existem três aterros sanitários intermunicipais, dois aterros municipais (um em fase de conclusão), três vazadouros controlados e cinco vazadouros (Tabela 32).

Em 2003, 6% dos RSU da Região são depositados em vazadouros sem controlo e 13% são depositados em vazadouros controlados. A percentagem de RSU depositados em aterros sanitários é na ordem dos 80% (SRA, 2004).

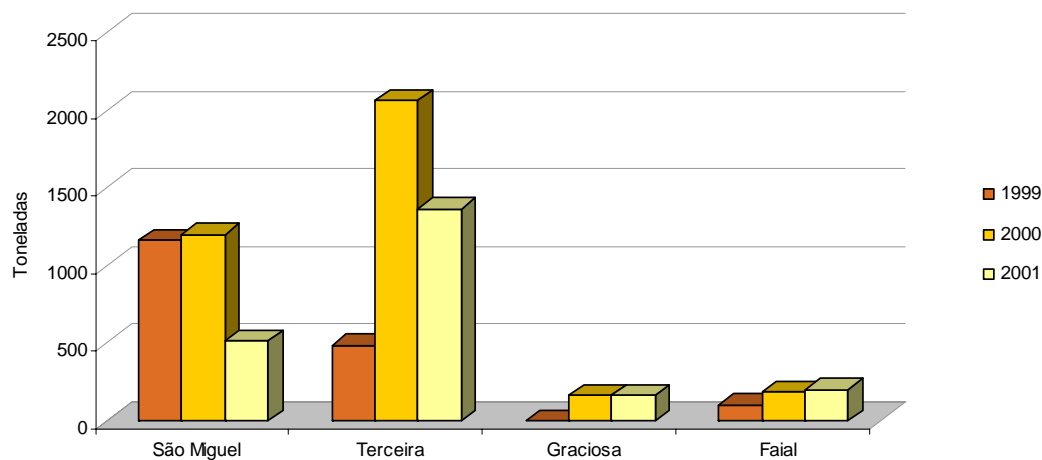
Tabela 32. Destino final dos resíduos sólidos urbanos na RAA, por concelho

ILHA	Concelho	Destino Final de Resíduos
Santa Maria	Vila do Porto	Aterro Sanitário (Fase de conclusão)
São Miguel	Lagoa	
	Vila Franca do Campo	Aterro Sanitário Intermunicipal
	Ponta Delgada	
	Ribeira Grande	
	Povoação	Vazadouro
Nordeste	Aterro Sanitário	
Terceira	Angra do Heroísmo	Aterro Sanitário Intermunicipal
	Praia da Vitória	
Graciosa	Santa Cruz	Vazadouro controlado
São Jorge	Calheta	Vazadouro
	Velas	Vazadouro controlado
Pico	Lajes	
	Madalena	Aterro Sanitário Intermunicipal
	São Roque	
Faial	Horta	Vazadouro controlado
Flores	Lajes	Vazadouro
	Santa Cruz	Vazadouro
Corvo	Vila Nova do Corvo	Vazadouro

Fonte: SRA, 2004

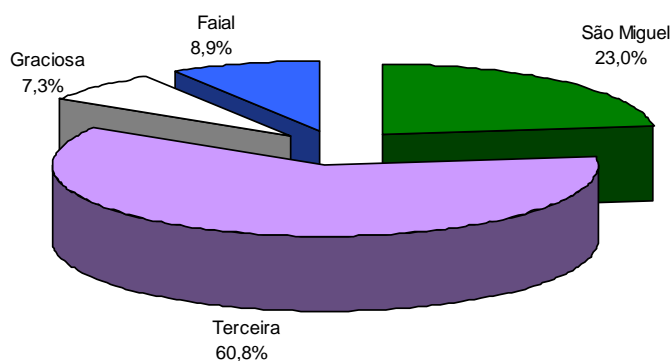
• Índice de recolha selectiva

A recolha selectiva de resíduos é realizada em apenas quatro ilhas: São Miguel, Terceira, Graciosa e Faial. Destas, a Terceira é a que apresenta a maior percentagem de resíduos recolhidos, seguida de São Miguel, Faial e Graciosa (Figura 103 e 104).



Fonte: SREA, 2001a; SREA, 2002a; SREA, 2003b; SREA, 2004a; SREA, 2005

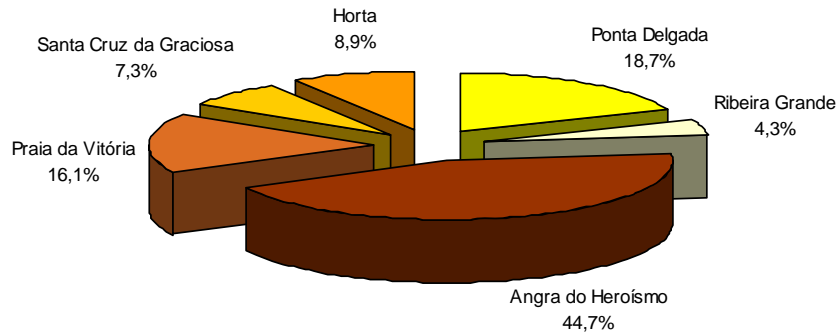
Figura 103. Recolha selectiva de resíduos na RAA, por ilha (1999-2001)



Fonte: SREA, 2001a; SREA, 2002a; SREA, 2003b; SREA, 2004a; SREA, 2005

Figura 104. Percentagem de recolha selectiva de resíduos na RAA, por ilha (2001)

Ao nível concelhio, Ponta Delgada, Ribeira Grande, Angra de Heroísmo, Praia da Vitória, Santa Cruz da Graciosa e Horta apresentam realidades distintas (Figura 105). O município com maior percentagem de recolha selectiva é o de Angra do Heroísmo, registando cerca de 45% dos resíduos recolhidos de forma selectiva, seguido de Ponta Delgada e Praia da Vitória, que detêm ainda alguma representatividade.



Fonte: SREA, 2004a

Figura 105. Recolha selectiva de resíduos na RAA, por concelho (2001)

Os dados fornecidos pelos municípios indiciam que a percentagem de recolha selectiva permanece ainda reduzida, embora se registre um aumento nos últimos anos. Nos concelhos de Vila Franca do Campo e Nordeste, apenas em Fevereiro de 2003 é iniciada a recolha selectiva, mas os quantitativos carecem ainda de quantificação. Os resíduos depositados em ecopontos são armazenados no aterro sanitário para posterior envio para reciclagem. No município de Lagoa só se efectua a recolha selectiva de “monstros” e pilhas. Em Ponta Delgada, o índice de recolha selectiva em 2002 situava-se nos 1,82%, passando para 3,46% em 2003. No caso da Ribeira Grande, não existem dados para 2001, mas em 2002 sabe-se que foram recolhidas 7 toneladas de produtos recicláveis (papel, plástico e vidro). Em 2003, recolheram-se neste concelho cerca de 10 toneladas de resíduos recicláveis, valor que traduz um índice de 0,07%. Na ilha do Pico, segundo dados fornecidos pelo município da Madalena, a percentagem de recolha selectiva é de 3% relativa a papel e cartão. Em São Roque do Pico o mesmo valor é estimado em 4% (2003). No concelho da Praia da Vitória, regista-se um índice de recolha selectiva de 3,2% em 2003. Por fim, em Santa Cruz da Graciosa, ainda não é efectuada recolha selectiva, à excepção do vidro, recolhido somente em cafés, restaurantes e colectividades.

A Associação de Municípios da Ilha de São Miguel aderiu em 2003 ao Sistema Ponto Verde, gerido pela Sociedade Ponto Verde, assegurando o encaminhamento para reciclagem dos resíduos de embalagem, recolhidos selectivamente em São Miguel (SRA, 2004).

De acordo com os dados do INE (2004a), a quantidade *per capita* de resíduos recolhidos selectivamente era de 21 Kg em 2002, e de 7 Kg em 2003. Segundo a mesma fonte, a quantidade de resíduos remetidos para compostagem ou recuperados por recolha selectiva para posterior reciclagem por tonelada de resíduos produzidos era de 58 Kg/tonelada em 2002, e de 13 Kg/toneladas em 2003.

SÍNTESE – Sector Infra-Estruturas do Território

Partindo do princípio que um equipamento ou estrutura pode condicionar a sua envolvente territorial, tentou-se obter um panorama das localizações e intensidades de uso das infra-estruturas do território. Pode afirmar-se que a maior ilha, tanto em termos físicos como populacionais, é aquela que concentra o maior número e também a maior diversidade de tipologias de equipamentos públicos. Embora exista um esforço nítido de coesão regional registe-se a ilha do Corvo, sem equipamento de ensino secundário ou qualquer tipologia de unidade de saúde. No que respeita à evolução positiva da implantação de equipamentos de educação infantil por toda a Região, pode ser considerado o reflexo do reforço da participação da mulher no mercado de trabalho regional. Paralelamente, há uma evolução positiva no ensino secundário o que poderá pressupor uma juventude mais qualificada.

Os grupos dos infantis e dos idosos não apresentam um tratamento espacial idêntico. Se o primeiro grupo, como já referido, vê reforçado o número de equipamentos mais ou menos uniformemente em todo o arquipélago, já o mesmo não se passa com o apoio domiciliário e os centros de dia a idosos, que só acontece nos concelhos de maior dinâmica. Também ao nível dos equipamentos de saúde, deve ainda ser observada a diminuição do número de camas no Nordeste (em benefício da Povoação), Lajes do Pico e Praia da Vitória em benefício claro dos concelhos urbanos mais próximos. Análise idêntica pode ser formulada para os equipamentos desportivos, novamente com um claro crescimento ao nível dos concelhos.

A tendência anteriormente descrita vai manter-se para os indicadores referentes à cultura, com um aumento não só do número de estabelecimentos, como o acréscimo de frequentadores e da própria lotação de salas de espectáculo. Também os equipamentos de justiça se localizam e concentram preferencialmente nas ilhas mais populosas. Registe-se, no entanto, que a ilha do Corvo não possui nenhum elemento da PSP, sendo servida pela vizinha ilha das Flores.

Nas ligações regionais e factores de ligação a tendência observada mantêm-se. Assim, no que respeita aos Portos a tipologia mais observada é a de *portos, com função unicamente de pesca*, que se encontram concentrados nas maiores ilhas. Outra tipologia frequente é os portinhos que estão espalhados por todo o arquipélago. Também ao nível das descargas dos navios de comércio há uma realocação da importância da ilha de São Jorge para as ilhas de São Miguel e Pico, enquanto Faial mantém a sua importância ao nível da passagem de navios de recreio. Os passageiros em aeroportos regionais crescem em todas as categorias desde as Regionais às Internacionais, bem como o movimento de mercadorias.

No que respeita ao parque automóvel açoriano a tendência parece ser a estabilização com uma diminuição sensível do número de novas viaturas vendidas após quase cinco anos consecutivos de crescimento. Relativamente aos transportes públicos terrestres a situação não apresenta grandes alterações.

Para as restantes redes e coberturas também a situação parece apontar tendências positivas ainda que por vezes ténues. Assim, acresce o número de instalações de produção de energia eólica, o número de telefones públicos e a taxa de penetração da TV Cabo. No que respeita ao abastecimento de água, nem todos os municípios apresentaram informação, mas as taxas de cobertura rondam predominantemente os 100%. A

população ligada aos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais é sempre inferior àquela servida, o que continua a indiciar o uso generalizado das fossas sépticas. Os RSU continuam a ter como destino principal os vazadouros embora os Municípios mais populosos já sejam servidos por Aterros e sistemas de recolha colectiva.

